



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 115

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PR/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 115**

### **105ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Indicações ..... 04

Designações ..... 06

Requerimentos ..... 06

Projetos de Resolução..... 14

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Luiz Nishimori ..... 14

Dep. Teruo Kato..... 15

Dep. Dr. Batista..... 16

Dep. Elio Rusch ..... 18

Dep. Jocelito Canto..... 19

Dep. Elton Welter..... 21

#### **Grande Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri..... 21

#### **Horário das Lideranças:**

#### **Liderança do PTB**

Dep. Jocelito Canto.....20

#### **Liderança do Bloco PPS/PMN**

Dep. Marcelo Rangel.....26

#### **Liderança do Democratas**

Dep. Plauto Miró .....27

#### **Liderança do PT**

Dep. Péricles de Mello.....28

#### **Liderança do PMDB**

Dep. Luiz Eduardo Cheida .....30

#### **Liderança do Governo**

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....31

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....33

#### **Preferência de Discussão**

1ª Discussão .....34

#### **Discussão/Votação**

2ª Discussão (Votação em).....45

Redação Final .....48

2ª Discussão .....48

1ª Discussão .....49

Requerimentos .....50

**Encerramento da Sessão .....50**

### **DIÁRIO Nº 115**

### **105ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2007**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho

Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nereu Moura e Ribas Carli Filho(02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do Deputado Federal Dr. Rosinha.

Seja sempre bem-vindo a esta Casa.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios***

OFÍCIO Nº 206/07

Curitiba, em 20 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para comunicar a esta Presidência que nos dias 22, 23 e 24 do corrente mês, estaremos nos ausentando do país para participar dos eventos alusivos aos 05 (cinco) anos do Partido UNACE e comemorações pelo aniversário do General Lino Olviedo, em Assunção, no Paraguai.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração.

(a) JOCELITO CANTO

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 24 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, registro de sua justificativa de ausência.

Agradeço a atenção dispensada renovando meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

## **JUSTIFICATIVA:**

Justifica o proponente dizendo que está embarcando para Deauville, Costa Atlântica da França, para participar do lançamento do roteiro turístico "Great Brazil Express". Como Presidente da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa, foi convidado a participar da Feira Internacional de Turismo Top Resa onde será anunciado oficialmente um moderno projeto ferroviário interligando o litoral paranaense às cidades de Curitiba, Guarapuava e Cascavel. O evento acontece nos dias 26, 27 e 28 de setembro através de uma parceria com a Federação de Convention & Visitors Bureau do Estado do Paraná e a EMBRATUR.

A Serra Verde Express, trajeto turístico ferroviário em operação já há 10 anos, vai investir US\$ 250 mil para adaptação de duas litorinas (veículos com tração automotriz) para que ganhem alto padrão de serviço, com poltronas confortáveis, bistrô e bar internacional. As viagens serão quinzenais comportando até 44 passageiros.

O roteiro, batizado de "Great Brazil Express", irá percorrer o Paraná durante 5 dias e passará 2 dias no Rio de Janeiro. Em Curitiba os turistas farão o passeio de trem pela Serra do Mar, percorrendo a Mata Atlântica e o litoral paranaense de Paranaguá até Cascavel. Em seguida, por rodovia, irão até Foz do Iguaçu para visita à Itaipu Binacional e às Cataratas.

O circuito Trem de Luxo, será desenvolvido em parceria com Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste) e com a operadora Transico Internacional, considerada uma das principais agências do Oriente Express. O objetivo é trazer prioritariamente grupos europeus por intermédio da Transnico, que possui escritórios em Estocolmo (Suécia), Bruxelas (Bélgica) e Amsterdã (Holanda). O Trem de Luxo da Serra Verde Express tende viabilizar o turismo internacional de incentivos, que é aquele subsidiado pelas empresas como forma de premiação a funcionários e clientes.

O Great Brazil Express, está previsto para entrar em operação a partir da primeira quinzena de novembro. O trajeto contempla os pontos turísticos de Morretes, Antonina, Parque Estadual de Vila Velha, Canyon Guartelá e Castro. Este roteiro vai possibilitar à uma série de municípios, como Guarapuava, Ponta Grossa, Tibagi, Irati e Cascavel, a terem o turismo alavancado e a promover toda uma cadeia econômica, além de propagar nosso estado e o país.

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 24 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tendo em vista que a assinatura inserida na PEC do nepotismo por este Deputado se deu por erro, ou seja, por achar que estava apoiando projeto de lei cuja discussão estava instaurada no momento, projeto de lei que regulamentaria as 30 horas semanais para os servidores da saúde.

Sucedee, porém, que tal assinatura foi lançada por engano.

Neste caso em especial, ocorreu o que no mundo jurídico se chama de erro, quando uma ação é tomada pela falsa noção, juízo ou representação da realidade. Ou seja, é o ato que a pessoa pratica pensando tratar-se de situação que não corresponde com a realidade, incidindo, assim em erro.

Como de rigor, a vontade é o principal elemento de todo ato, e como pedra fundamental da manifestação da vontade, sempre merece a devida atenção. Por isso, ao departamento com uma manifestação de vontade, devemos ter a preocupação de saber se ela, quando manifesta, o foi livremente, de forma consciente e de acordo com a intenção nela expressada.

Assim, por não ter sido a assinatura lançada na PEC do nepotismo de forma livre e espontânea, bem como não se manifestou fiel aos seus objetivos intimamente perseguidos havendo no caso vício na iniciativa legislativa por parte deste subscritor, requeiro a Comissão Executiva desta Casa de Leis que considere a malsinada assinatura nula, desconsiderando-a pelo já exposto acima.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,  
(a) DR. BATISTA

OFÍCIO S/N  
Curitiba, em 24 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente das Sessões Plenárias desta Casa de Leis do dia 25 à 27 de setembro, para tratar de assuntos pessoais assumidos anteriormente.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) DR. BATISTA

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 298/07

#### SÚMULA:

Propõe viabilização de doação de instrumentos musicais e uniformes para o Colégio Estadual Pedro Stelmachuk - Ensino Fundamental e Médio, no município de União da Vitória.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) viabilização de doação de instrumentos musicais para o Colégio Estadual Pedro Stelmachuk - Ensino Fundamental e Médio, no município de União da Vitória.

2) A solicitação justifica-se em virtude de que o colégio está situado numa comunidade constituída de 11

conjuntos habitacionais de grande porte e tem como educandos jovens de diversas classes sociais, onde se sobressai os carentes.

Tem como uma de suas metas educacionais o resgate de muitos jovens que possuem outros interesses que não os educacionais. Sendo assim formou-se pela direção anterior uma pequena fanfarra feita com instrumentos de segunda mão e emprestados. Os instrumentos doados já não possuem mais formas de conserto e os emprestados estão sendo solicitados pelas escolas de origem. A escola se encontra em grande dificuldade, pois a fanfarra trouxe alegrias à comunidade, pois reúne não só os filhos como seus pais orgulhosos.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

### INDICAÇÃO Nº 299/07

#### SÚMULA:

Propõe construção de uma quadra coberta para o Centro Municipal Infantil Leonice Martins Hirsch no município de União da Vitória.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de uma quadra coberta para o Centro Municipal Infantil Leonice Martins Hirsch no município de União da Vitória.

2) A solicitação justifica-se que esta quadra será muito importante para o desenvolvimento das crianças, já que o centro de educação não dispõe de área coberta para atividades como brincadeiras, jogos, teatros, reunião com pais e comunidade.

O centro de educação atende crianças de classe média baixa, filhos de pais trabalhadores que buscam para seus filhos, cuidados e educação.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

### INDICAÇÃO Nº 300/07

#### SÚMULA:

Propõe viabilização do curso Curso Técnico de Meio Ambiente e uma Quadra Poliesportiva no Colégio Estadual Dr. Lauro Müller Soares - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, no município de União da Vitória.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A viabilização do curso Curso Técnico de Meio Ambiente e uma Quadra Poliesportiva no Colégio Estadual Dr. Lauro Müller Soares - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, no município de União da Vitória.

2) A solicitação justifica-se em virtude de o estabelecimento de ensino possuir espaço físico adequado para as solicitações citadas acima e que os alunos, professores e a comunidade serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### INDICAÇÃO Nº 301/07

##### SÚMULA:

Propõe construção de três salas na Escola Municipal Professor Serapião - Educação Infantil e Ensino Fundamental, no município de União da Vitória.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de três salas na Escola Municipal Professor Serapião - Educação Infantil e Ensino Fundamental, no município de União da Vitória, sendo que duas salas de aula e uma múltipla para biblioteca, sala de leitura, vídeo e informática.

2) A solicitação justifica-se em virtude de que a escola possui apenas quatro salas e em uma sala funciona a sala dos professores juntamente com a secretaria, sala onde os professores realizam sua hora de atividade, biblioteca e aulas de reforço, sendo um espaço bastante limitado para inúmeras utilidades, o que acarreta certo comprometimento no desenvolvimento das ações.

Com a construção dessas três salas, a escola aumentará o número de vagas, atendendo as necessidades da comunidade, visando cada vez mais a qualidade da educação. Segue em anexo ofício da escola.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### INDICAÇÃO Nº 302/07

##### SÚMULA:

Propõe viabilização de verba para construção de sanitários e lavanderia para o Colégio Estadual Adiles Bordin e Escola Municipal Dario Bordin, no município de União da Vitória.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A viabilização de verba para a construção de sanitários (masculino e feminino), bem como uma lavanderia, para o Colégio Estadual Adiles e Escola Municipal Dario Bordin, no município de União da Vitória.

2) A solicitação justifica-se em virtude de que as instalações sanitárias são necessárias, pois dado o número de alunos, a escola possui apenas 04 (quatro) sanitários femininos e 03 (três) sanitários masculinos, sendo que a escola não possui sanitário adaptado para

portadores de necessidades especiais, hoje possui quatro alunos portadores de necessidades especiais. Os atuais sanitários estão localizados em local inadequado, junto ao refeitório, o que causa mau-cheiro no local, fato que prejudica a saúde e a qualidade de vida dos alunos.

Com relação à lavanderia, se faz necessária para dar comodidade aos funcionários, no desempenho de suas funções de limpeza da escola.

Segue em anexos ofício da escola e esboço da obra pretendida.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### INDICAÇÃO Nº 303/07

##### SÚMULA:

Propõe reforma e construção de duas salas de aulas para o Colégio Estadual José Pioli, no município de Itaperuçu.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) Solicitar reforma e construção de duas salas de aulas para o Colégio Estadual José Pioli, no município de Itaperuçu.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) EDSON STRAPASSON

##### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se tendo em vista que o colégio atende 980 alunos, e está com sua demanda além da capacidade, contando apenas com oito salas próprias e três salas improvisadas em condições inadequadas de uso, sendo duas feitas de madeira e uma instalada no antigo laboratório de informática, que por sua vez foi colocado junto à biblioteca, dificultando o aprendizado e ocasionando transtornos desnecessários. A reforma e a ampliação vira a atender os alunos com mais qualidade, propiciando um ambiente digno e apropriado para o ensino.

#### INDICAÇÃO Nº 304/07

##### SÚMULA:

Propõe a construção de cobertura na Quadra Poliesportiva no Colégio Estadual Napoleão da Silva Reis, no município de Ibaiti.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A construção de uma cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Napoleão da Silva Reis no Distrito de Vila Guay, no município de Ibaiti, atendendo 368 alunos.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) EDSON STRAPASSON

**JUSTIFICATIVA:**

A cobertura se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades, como nas aulas de educação física, jogos, gincana, alimentação na hora do recreio, atividades culturais, reuniões e recreações, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, como chuvas e excesso de sol, possibilitando a toda a comunidade escolar um ambiente protegido e seguro para prática das atividades educacionais e esportivas.

**INDICAÇÃO Nº 305/07****Súmula:**

Propõe reforma e ampliação da Escola Estadual Dr. Roque Vernalha de Paranaguá.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1) A reforma e ampliação da Escola Estadual Dr. Roque Vernalha, localizada no município de Paranaguá, cito à R. Florêncio Viana, 103 - CEP 83203-715. As solicitações encontram-se nessa Secretaria sob os protocolos: 5.689.460-8, 5.727.972-98.821.716-0, 9.100.438-0.

2) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos, proporcionando à escola infra-estrutura imprescindível para valorizar o ensino na comunidade.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

**Designação****DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Edgar Bueno para representar esta Casa de Leis na 3ª Conferência Estadual das Cidades nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS  
ALEXANDRE CURI  
LUCIANA RAFAGNIN

**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2851**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 688/07,

oriundo da Mensagem nº 041/07, que visa autorizar a transferência de recursos provenientes da Arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no exercício de 2007, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**REQUERIMENTO Nº 2874**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo único do artigo nº 178 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a preferência de votação do Projeto de Lei nº 679/07 - Mensagem nº 040/07, item 12, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Beti Pavin, Elton Welter, Professor Luizão e Teruo Kato.

**REQUERIMENTO Nº 2871**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 25 de setembro de 2007 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 679/07 - Mensagem nº 040/07, que visa autorizar o estado do Paraná, a COPEL S/A a COPEL Participações S/A e a COPEL Empreendimentos Ltda., mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante alteração de objeto social ou composição societária, assumir a exploração de infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de gestão, recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Dr. Batista, Teruo Kato, Carlos Simões, Stephanes Júnior, Waldyr Pugliesi, Luiz Eduardo Cheida, Miltinho Puppio, Beti Pavin, Pedro Ivo, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Professor Luizão, Edson Strapasson, Mauro Moraes, Péricles de Mello, Luiz Malucelli, Mamede, Elton Welter, Francisco Bühler e uma ilegível.

**REQUERIMENTO Nº 2869**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 398/07, dispõe sobre a eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar no estado do Paraná, e dá outras providências, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2831

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná para o dia 22 de novembro de 2007 (quinta-feira) às 18h para realização de Sessão Solene em Comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra e pelos 312 anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares.

A Sessão Solene é uma proposição da Comissão de Educação da Assembléia realizada em parceria com o Consulado do Senegal em Curitiba.

Requer também a disponibilidade de equipamentos de multimídia para apresentação dos trabalhos, dos serviços de taquigrafia e disponibilidade do fotógrafo desta Casa.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

#### REQUERIMENTO Nº 2872

Senhor Presidente:

O Bloco Parlamentar Agropecuário através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja aprovada a realização de Audiência Pública para debater sobre a agilidade na execução do Programa Luz para Todos, no estado do Paraná, juntamente com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, para discutir os problemas e soluções possíveis. O referido evento, se aprovado por este Plenário, acontecerá no próximo dia 22 de outubro às 8h30, no plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica - Luz para Todos, do Governo Federal, tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com a participação da ELETROBRÁS e de suas empresas controladas.

As famílias sem acesso à energia estão em localidades de menor índice de desenvolvimento humano e nas famílias de baixa renda. Por isso, o objetivo do programa é levar a energia elétrica a estas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

O Luz Para Todos, no estado do Paraná é coordenado pela ELETROSUL, e conta com um Comitê gestor que é responsável por receber as demandas, definir priori-

dades, acompanhar o cumprimento de metas e garantir a implementação do programa.

O ponto principal a ser debatido nesta audiência será a operacionalização deste programa, que vai desde o cadastramento das famílias até a conclusão do mesmo. Vários municípios apresentaram reclamações à respeito da demora no atendimento das famílias cadastradas.

É com esse intuito que pretendemos debater com os responsáveis por este programa para que possamos estudar juntos quais as medidas que podem ser tomadas para agilizar a execução deste importante programa. Esperamos poder contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2873

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2848

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado da Saúde, Exmo. Sr. José Gomes Temporão, solicitando a inclusão obrigatória de questões sobre câncer de mama nas anamneses feitas em consultas do SUS, buscando melhorar a qualidade de informação sobre essa doença, bem como reduzir a mortalidade de mulheres.

As estatísticas mostram que os números de mulheres com diagnóstico e morte de câncer de mama vem crescendo, razão pela qual é fundamental melhorar a qualidade das políticas públicas voltadas ao combate dessa doença, que não pode ser eliminada, mas pode ser curada com diagnóstico precoce.

Cabe salientar que no SUS, entre o diagnóstico e o início do tratamento, em média, decorre período de 188 dias. Esse prazo deveria ser, no máximo, de trinta dias, buscando salvar a vida da paciente.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado à COMEC, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, o requerimento solicitando que a verba orçamentária destinada para a construção do Terminal Rodoviário de Fazenda Rio Grande, seja designada construção de pequenos terminais rodoviários,

distribuídos nos bairros do município, haja vista que, o atual terminal, é um bem público conforme mostra a Lei nº 005/84 e a Lei nº 018/83, que autoriza a locação das lojas comerciais, localizadas no interior do mesmo, pelo prazo de até 50 anos, contrariando algumas autoridades locais, que afirmam seja particular, além do que, construir outro terminal ao lado do existente seria um desperdício de dinheiro público.

A sugestão é para que o atual terminal passe por reforma, revitalização e ampliação, valorizando um patrimônio público, e auxiliando o transporte coletivo local, juntamente com os pequenos terminais, que facilitarão no deslocamento dos usuários do transporte, sem a necessidade de fazer conexão local, saindo de seu bairro dirigindo-se diretamente à Curitiba, o destino da maior parte dos usuários.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 2832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rute Almeida, ocorrido no dia 21 passado.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2833

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, do voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Paulino do Nascimento Neto, ocorrido em 06 de setembro do corrente, nesta capital.

Que, da presente iniciativa, se dê ciência à sua esposa dona Eliane Terezinha Pucci do Nascimento e aos seus familiares no seguinte endereço: R. Dr. João Evangelista Espíndola, 1342 - Jd. Social - CEP 82530-060 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Deixa enorme vazio, o desaparecimento do amigo José Paulino do Nascimento Neto, ocorrido nesta cidade de Curitiba, dia 6 próximo passado.

Dono de vasto e sincero círculo de amizade, querido e respeitado pelos que tiveram a aventura de conhecê-lo, o pranteado faz justiça à homenagem desta Casa de Leis, representada pela inserção desta Moção de pesar nos registros das suas atividades.

#### REQUERIMENTO Nº 2850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja registrado no Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Antonio de Almeida Ferreira, proprietário e Diretor do Grupo Diário de Pato Branco, ocorrido na data de ontem 19 de setembro, em Curitiba onde estava em tratamento de saúde.

Do aprovado requer ainda, neste momento de grande tristeza, que do presente seja enviada cópia à família do Sr. Carlos Antonio de Almeida Ferreira em nome de sua esposa Sra. Delise Maria Guarienti de Almeida Ferreira e de seu filho André Gustavo Guarienti de Almeida Ferreira, manifestando nossas condolências, na forma de solidariedade e saudade irreparável.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com tristeza que na tarde de ontem dia 19 de setembro, soubemos do falecimento do amigo e companheiro Carlos Antonio de Almeida Ferreira, em Curitiba, onde se encontrava desde o dia 18 de agosto em tratamento de saúde.

Pato Branco está de luto oficial por três dias, decretado pelo Prefeito Roberto Viganó, em função do falecimento de Carlos Antonio de Almeida Ferreira, Diretor e proprietário do Grupo Diário composto pelos jornais Diário do Sudoeste de Pato Branco e Diário de Guarapuava. Carlos Antonio de Almeida Ferreira, nasceu em 29 de outubro de 1937, em Belém do Pará, filho de Benedito Caete Ferreira e Herundina de Almeida Ferreira, era casado com a Sra. Delise Maria Guarienti de Almeida Ferreira, também Diretora sócio-proprietária do Grupo Diário. Do casamento, nasceu André Gustavo Guarienti de Almeida Ferreira, que também exerce a direção do Grupo.

Mesmo durante o período que estava em tratamento não deixou de exercitar aquilo que mais prezava, escreveu sua última coluna "Opinião Pessoal", que foi publicada na edição 4097, do mês de agosto.

Um silêncio brutal caiu sobre a família do Grupo Diário, onde Carlos Almeida ensinou sobre tantas coisas a cada um, em particular. Além da vida pública na liderança de bancos estaduais e do Rotary Internacional, Carlos Almeida construiu uma vida de expressão em Pato Branco e no Paraná por onde morou na maior parte de sua vida. Crítico, o empresário era cronista e articulista do Grupo Diário, indagando vários assuntos e setores da sociedade, mas também possuía uma dádiva misteriosa que o permitia ter uma personalidade forte e amável. Nos aniversários da maioria da sociedade pato-branquense, ele sempre homenageava enviando cartões, flores, livros e presentes.

Um espírito de luz, fonte infindável de informações para a equipe do Grupo Diário, a qual ele sempre colocava "embaixo" de seus braços, cultivando uma família. Participava ativamente das reuniões de pauta da redação, dando a sua contribuição como cidadão e jornalista de coração. Porém a sua opinião sobre o jornalismo do Diário do



Sudoeste restringia-se apenas a sua “Coluna Bastidores” e depois “Opinião Pessoal”.

O sentimento de todos é de agradecimento. Carlos Almeida, pessoa muito querida, onde por sua conduta e dedicação, deixou o exemplo de pai, esposo, amigo e colaborador de todas aquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

Pato Branco e o Paraná perdem uma grande figura humana, que durante toda a vida se dedicou a lutar e defender os interesses de nosso estado, em especial, através de suas colunas, contribuindo para o desenvolvimento ético e social dos paranaenses. Eis aqui sua trajetória profissional:

- 1964 - 1991 - Banco do Brasil S.A.

- 1988 - 1914 - Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A.

- 1983 a 1988 - exerceu diversos cargos de diretoria no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

- 1990 - 1991 - Diretor Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - BADEP.

Em 1991, quando de sua aposentadoria, Carlos Almeida atuou no Grupo Diário, Jornal Diário do Sudoeste, de Pato Branco e Jornal Diário de Guarapuava, como colunista, cronista e articulista.

Recebeu também as seguintes homenagens pelo destaque na sua vida profissional e de serviços à sociedade:

- Cidadão Honorário do Estado do Paraná
- Cidadão Honorário de Curitiba
- Cidadão Honorário de Clevelândia, Cornélio Procopio e São João do Ivaí

- Membro do Centro de Letras do Paraná
- Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

- Membro da Academia de Letras e Artes de Pato Branco - ALAP - cadeira nº 28

- Membro fundador do Rotary Club de Pato Branco (27.01.1970)

- Membro do Rotary Club Pato Branco - Alvorecer
- Governador 1984 - 1985 Distrito 4640 de Rotary Internacional

- 1990 - 1993 - Membro da Comissão de Finanças de Rotary Internacional (Evanston, Illinois, USA)

- 1994 - 1996 - Coordenador Regional (Brasil) da Fundação Rotária (Evanston, Illinois, USA)

- 1998 - 1999 - Conselheiro da Força Tarefa de Causas Humanitárias de Rotary Internacional (Evanston, Illinois, USA)

- 2000 - 2001 - Conselheiro da Força-Tarefa de Emparceiramento de Clubes de Rotary Internacional

- Companheiro Paul Harris da Fundação Rotária (Major Gifts)

- Benfeitor da Fundação Rotária

- Membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de The Rotary Foundation

- 1973 - 1984 - Chairman do Rotary Youth Exchange Program (Distrito 4640)

- 1991 - 1993 - Chairman do Rotary Youth Exchange Program (Distrito 4730)

- Sócio Honorário dos Rotary Clubs de Porto Alegre, São João, Clevelândia, Quedas do Iguaçu, Chopinzinho, Catanduvas, São Mateus do Sul, São José dos Pinhais

- Membro Honorário da Câmara Júnior de Pato Branco.

Por todo esse histórico impressionante de serviços prestados ao Paraná e ao Brasil, fizemos questão de deixar registrado nesta Casa nossa homenagem, em nome de todos os paranaenses, ao grande cidadão que foi Carlos Antonio de Almeida Ferreira, e cuja memória ficará sempre na lembrança de todos nós como exemplo de vida dedicada ao interesse público, à defesa do cidadão e dos trabalhadores, e à crença em uma sociedade mais humana e solidária, através de suas publicações.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares endereçando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus que conforte a todos.

#### REQUERIMENTO Nº 2852

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do empresário Carlos Antonio de Almeida Ferreira, ocorrido no dia 19 de setembro corrente, nesta Capital, onde se encontrava em tratamento de saúde.

Requer, ainda seja dada conhecimento deste requerimento à família enlutada, na pessoa da Sra. Delise Guarienti de Almeida Ferreira, à R. Caramuru nº 1267 - 85501-060 - Pato Branco PR.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 29 de outubro de 1938, em Belém do Pará, transferiu-se para o Paraná, escolhendo para morar a cidade de Pato Branco. Era casado com Delise Maria Guarienti de Almeida Ferreira, de cuja união nasceu André Gustavo Guarienti de Almeida Ferreira. Após um longo tempo em tratamento de saúde, veio a sucumbir, no último dia 19 de setembro do corrente ano.

Como bancário, exerceu funções no Banco do Brasil, tendo sido Diretor Presidente do BRDE, do BADEP e do BANESTADO. Proprietário do Grupo Diário, que engloba o Diário do Sudoeste e o Diário de Guarapuava, onde era colunista, cronista e articulista, participava ativamente da pauta de redação, dando sua contribuição como cidadão e jornalista.

Em seu currículo, constam ainda as seguintes participações:

Membro do Centro de Letras do Paraná; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Membro da Academia de Letras e Artes de Pato Branco; Membro Fundador do Rotary Clube de Pato Branco; Governador do Distrito 4640 de Rotary Internacional; Conselheiro da Força-Tarefa de Causas Humanitárias de Rotary Internacional; Benfeitor da Fundação Rotária; membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de The Rotary Foundation entre outras. Foi sócio honorário dos Rotary Clubes de Porto Alegre, São João, Clevelândia, Quedas do Iguaçu, Chopinzinho, Catanduvás, São Mateus do Sul e São José dos Pinhais. Também era sócio honorário da Câmara Júnior de Pato Branco.

Recebeu diversas e merecidas homenagens em sua vida, entre elas os títulos de Cidadania Honorária do Estado do Paraná, de Curitiba, de Clevelândia, de Cornélio Procopio e de São João do Ivaí.

Este Parlamentar teve o privilégio de conhecer e privar do convívio com Carlos Antonio de Almeida Ferreira e sua família e, por esta razão, não poderia deixar de prestar aqui suas últimas homenagens a esta figura humana de personalidade amável e caráter forte, para o que, contamos com o apoio dos nobres Pares.

#### REQUERIMENTO Nº 2856

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Dra. Luciana Amélia Resende, ocorrido no último dia 18 de setembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Paulo Cesar Resende e a Sra. Lucia Resende, seus pais, e para seus irmãos Paulo Augusto Resende e Luis Gustavo Resende, com endereço na Rua Vila Rica, nº 100, centro de Peabiru, CEP 87250-000.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento tem por objetivo encaminhar aos familiares da Dra. Luciana Amélia Resende os nossos mais profundos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 18 de setembro de 2007, que deixa eternas saudades.

Pertencente a uma família tradicional em Peabiru a Dra. Luciana era fisioterapeuta e mantinha uma clínica na cidade vizinha, Engenheiro Beltrão. Sua família atua no ramo do comércio, e seu pai é integrante da família maçônica paranaense, Loja Maçônica Rui Barbosa. Desta forma pretendemos apresentar nossas condolências neste momento tão triste.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2857

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Odair Silvestre, ocorrido no último dia 19 de setembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à viúva, Sra. Neuza de Lourdes Brunieri Silvestri, com endereço na Av. Elias Simão, nº 467, Distrito de Piquirivai, em Campo Mourão, CEP 87318-000.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. Odair Silvestre os nossos mais profundos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 19 de setembro de 2007, que deixa eternas saudades.

Pertencente a uma família pioneira e tradicional de Campo Mourão o Sr. Odair Silvestre era empresário e muito ativo na comunidade, além de ser uma pessoa muito respeitada e querida por todos. Desta forma pretendemos apresentar nossas condolências neste momento tão triste.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustre Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2858

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Amadeu Belinato, ocorrido no último dia 19 de setembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à viúva, Sra. Domingos de Almeida Alves, com endereço na Rua das Lontras, nº 185, Jardim Pio XII, em Campo Mourão, CEP 87306-070.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

**JUSTIFICATIVA:**

O requerimento que ora apresento tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. João Amadeu Belinato os nossos mais profundos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 19 de setembro de 2007, que deixa eternas saudades.

Pertencente a uma família pioneira e tradicional de Campo Mourão o Sr. João Amadeu Belinato era muito ativo na comunidade, líder comunitário e empresário, além de ser uma pessoa muito respeitada e querida por todos. Desta forma pretendemos apresentar nossas condolências neste momento tão triste.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

**REQUERIMENTO Nº 2859**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado voto de pesar pelo falecimento de Carlos Antonio de Almeida Ferreira, Cidadão Honorário do Paraná, ocorrido em 19 de setembro de 2007, em Curitiba, à sua família e aos grupos Diário do Sudoeste e Diário de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

Carlos Antonio de Almeida Ferreira deixa um legado ao Paraná, em especial a região Sudoeste do Estado, a qual ficou de luto e consternada pelo seu falecimento ocorrido, na quarta-feira (19 de setembro de 2007) às 17h nesta capital.

Cidadão Honorário do Paraná, Carlos Almeida, residia atualmente na cidade de Pato Branco, onde desempenhava bem seu papel de escritor, colunista e articulista de um dos principais grupos jornalistas da região Sudoeste e Centro do Estado do Paraná.

Atuara em diversos e importantes cargos públicos. Foi funcionário do Banco do Brasil entre 1964 e 1991 onde se aposentou. Sempre desempenhou funções de destaque na área administrativa como Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná BANESTADO S.A. e Diretor Presidente do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Foi um grande paranaense e deixa a todos grandes ensinamentos, justo de muitas homenagens, sempre soube se comportar como homem probo e de muita coragem, seja para tomar posições, seja pela luta às causas humanitárias que desempenhou.

Aos seus 69 anos de idade nos deixou e ficam as lembranças de suas atuações as quais lhe renderam homenagens em vida, como Cidadão Honorário de Curitiba, Cornélio Procópio, Clevelândia, São João do Ivaí e uma em especial, por esta Casa de Leis, que o tornou Cidadão Honorário do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 2870**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Silvio Lara Machado.

Requer seja dada ciência a família enlutada através de correspondência a Rua Sete de Setembro nº 627, Edifício Bela Vista, apto 504 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO Nº 2849**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à RACCO, empresa do segmento de cosméticos com sede e fábrica em Curitiba/PR, na Rua Paul Garfunkel, nº 455 - CIC, pelo advento dos seus 20 (vinte) anos de sucesso, comemorados no dia 17 de agosto do corrente ano. A empresa dedica-se a produção de cosméticos e alimentos destinados a beleza, gerando empregos e desenvolvimento para os paranaenses.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A finalidade do presente é homenagear a RACCO pelo advento dos seus 20 (vinte) anos de existência comemorados no dia 17 de agosto próximo-passado.

A RACCO é uma empresa dedicada a fabricação de cosméticos e alimentos, objetivando não somente a beleza externa, como também a saúde e o bem-estar dos consumidores dos seus alimentos. As comemorações incluíram a inauguração de uma nova sede e de uma nova fábrica, representativas do sucesso da empresa que destaca-se por gerar desenvolvimento e empregos para os paranaenses.

**REQUERIMENTO Nº 2862**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações à Direção e funcionários do Centro Estadual de Educação Básica para jovens e adultos Professor Odair Paqualini - CEEBJA, que funciona nas dependências da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, pelo exemplo de dedicação no atendimento de 410 (quatrocentos e dez) detentos dos

regimes fechado e semi-aberto que participam do projeto de leitura e educação. Ao mesmo tempo, parabenizamos CEEBJA pelo recebimento do Prêmio “Crer para Ver - Inovando a Educação de Jovens e Adultos”, concurso com apoio do Ministério da Educação e Cultura - MEC.

Requer ainda, que se dê ciência aos interessados através de correspondência a ser enviada à Diretora do CEEBJA, Sra. Graça Ane Hauer, Rua Batuíra, s/nº, Vila Santa Maria, CEP 84043-190, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Frederico Antunes e demais Parlamentares, pela passagem, no dia 20 de setembro, do “Dia do Gaúcho”.

Requer ainda, que se dê ciência da mesma através de correspondência a ser enviada ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Praça Marechal Deodoro, 101, CEP 90010-300, Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações a todos os participantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG do Rio Grande do Sul, pela passagem, no dia 20 de setembro, do Dia do Gaúcho.

Requer ainda, que se dê ciência da mesma através de correspondência a ser encaminhada para o Presidente do MTG, Sr. Oscar Fernandes Gress, Rua Guilherme Schell, 60, CEP 90640-040, Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2865

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do estado do Rio Grande do Sul, através de sua Governadora, Sra. Yeda Rorato Crusius, pela passagem, no dia 20 de setembro, do Dia do Gaúcho.

Requer ainda, que se dê ciência da mesma através de correspondência a ser enviada para o Palácio Piratini, Praça Marechal Deodoro, s/n, CEP 90010-282, Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2844

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a AFECE - Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem por ocasião da comemoração dos 40 anos de fundação, prestando relevantes serviços à comunidade.

#### REQUERIMENTO Nº 2845

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Círculo Militar do Paraná, em razão da comemoração do septuagésimo terceiro aniversário de sua fundação.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao clube Círculo Militar do Paraná, em razão das comemorações relativas ao septuagésimo terceiro aniversário de fundação deste tão tradicional clube paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 2846

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, Sr. João Jacob Mehl

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. João Jacob Mehl, advogado e administrador de empresas, idealizador do tradicional Grupo Peladeiros do Jacob, nesta ocasião marcando a comemoração dos 30 anos de fundação.

#### REQUERIMENTO Nº 2847

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Presidente da ASUFEPAR - Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná, Sr. Darci Rogério de Almeida.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem em reconhecimento ao seu desempenho e dedicação na presidência da ASUFEPAR - Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná, prestando relevantes serviços em prol da classe.

## REQUERIMENTO Nº 2842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente para o Ministério da Defesa; para a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; para a Sessão de Aviação Civil do Aeroporto de Maringá; para a Empresa Nordeste, gestora da antiga VARIG/Rio Sul, e, para a Empresa Aérea Trip, solicitando informações sobre as responsabilidades do funcionamento do Aeroporto Regional Silvio Nami Júnior, de Maringá, em razão do desligamento das luzes de balizamento na pista do respectivo aeroporto, nas noites de, quinta-feira, dia 06 de setembro de 2007 e quarta-feira, dia 12 de setembro de 2007, sendo que na segunda noite uma aeronave da Trip do voo 5521, com 39 passageiros e 4 tripulantes teve que sobrevoar Maringá por 48 minutos, antes de conseguir pousar. As notícias dão conta que os aviões da Trip em seus vôos noturnos, só tem conseguido aterrisar aproveitando uma janela aberta para os vôos da TAM, o que é de se considerar uma situação absurda, pois os passageiros nada têm a ver com as possíveis pendências das empresas, pois são suas vidas que estão em jogo.

Qualquer negociação de dívidas entre a Empresa Trip e a Nordeste - formada por um consórcio das empresas VARIG/Rio Sul - que venham a ser feitas com os aviões e os passageiros no ar, são passíveis de repúdio e devem ser consideradas como criminosas.

As informações solicitadas são:

1 - De quem é a responsabilidade da administração do Aeroporto?

2 - Até onde vai a responsabilidade da empresa Nordeste, que atua no aeroporto em questão?

3 - A administração do aeroporto tem autorização para ligar ou desligar o sistema de iluminação do balizamento ou qualquer outra parte do sistema de controle de vôos?

4 - Será que uma dívida da Trip para com a Nordeste é o suficiente para colocar em risco a vida de pessoas que são usuários do sistema de transporte aéreo em Maringá, no Paraná ou qualquer outra parte do Brasil?

Diante desse fato, este Parlamentar, REQUER, sejam tomadas as mais sérias e urgentes providências para que:

1 - Sejam apuradas as responsabilidades que o caso exige, antes que ocorra uma nova tragédia aérea, com a que, recentemente, ocorreu neste país;

2 - Que, até que se terminem as apurações das responsabilidades, seja determinado à administração do Aeroporto Regional Silvio Nami Júnior, que não podem - sob qualquer argumento - serem desligadas as luzes do balizamento, o que, põem em risco de morte os passageiros que se locomovem para a cidade de Maringá, usando o transporte aéreo.

Desta forma, o requerente encarece as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso estado.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 2867

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, no sentido que seja viabilizada a construção da sede própria para a Polícia Militar no município de Palmeira.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal e para os ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Palmeira.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 2868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência a pavimentação asfáltica para a Vila Rosa e Colônia Francesa no município de Palmeira.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal e para os ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Palmeira.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 2860

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, informar:

a) Quem foram os responsáveis pela escolha dos livros didáticos com conteúdo de direcionamento ideológico, disponibilizados aos estudantes da rede pública estadual?

b) Quais os critérios utilizados pela Secretaria de Educação para a escolha do material didático, distribuídos nas escolas da rede pública de ensino?

c) Para quais as disciplinas é disponibilizado material didático, através da Secretaria de Educação?

d) Quantas escolas públicas recebem esse material e desde quando estão sendo utilizados?

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) VALDIR ROSSONI

## ***Projetos de Resolução***

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica autorizada a realização de plebiscito para que a população do município de Matinhos decida sobre a criação do município de Caiobá, com território do atual distrito do mesmo nome, a ser desmembrado do município de Matinhos.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.09.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Caiobá, uma das mais belas praias do nosso estado, hoje pertencendo ao glorioso município de Matinhos, mas que se vê na iminência de dar um salto de qualidade no atendimento ao grande fluxo de turistas que passam pelas praias paranaense.

O fato de estar albergado por Matinhos, em muitos momentos a área de Caiobá, está privada de poder oferecer aos seus visitantes de mais e melhores condições, o que se justifica, haja vista que os impostos e taxas municipais são recolhidos aos cofres do erário de Matinhos, o que é elementar, porém o retorno de investimentos, de melhorias para a região de Caiobá dificilmente representa na proporção mínima daquilo que é arrecadado.

Ao propor este plebiscito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos propor exatamente o inverso da situação atual. Entendemos que a criação do município de Caiobá, estaremos provocando, de forma sadia e enriquecedora, uma concorrência positiva, pois estaremos, tanto Matinhos como Caiobá, propondo condições dignas aos banhistas, aos veranistas de todo o sul do Brasil e até mesmo de países vizinhos. É sabido que ao possuir sua estrutura própria, poderá a Praia de Caiobá, disponibilizar de praças, logradouros e a praia propriamente dita, em nível de outras praias do Brasil, com o fito de além de segurar os veranistas paranaenses e de ser uma opção real, procurada, buscada por turistas da região sul da América.

O potencial turístico garantirá a Caiobá um desenvolvimento harmônico em nosso litoral, não restando dúvidas de que o crescimento econômico da região será alavancado em definitivo.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição, que além de um sonho a tanto acalentado, certamente, estaremos contribuindo com o crescimento econômico da região e do nosso estado.

## ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente. O primeiro orador inscrito é o Deputado Luiz Nishimori.

### ***Deputado Luiz Nishimori (PSDB)***

O SR. LUIZ NISHIMORI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

Ocupo a Tribuna, nesta tarde, para fazer uma grave denúncia, de um fato ocorrido na primeira quinzena deste mês, no Aeroporto Regional de Maringá.

Esta denúncia, está transformada em requerimento, que, pela gravidade do fato, precisa fazer parte dos Anais desta Casa, que tem sido vigilante quanto aos acontecimentos que precisam ser fiscalizados por este Parlamento.

Estou requerendo o envio de expediente para o Ministério da Defesa; para a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; para a Sessão de Aviação Civil do Aeroporto de Maringá; para a Empresa Nordeste, gestora da antiga VARIG/Rio Sul, e, para a Empresa Aérea Trip, solicitando informações sobre as responsabilidades do funcionamento do Aeroporto Regional Silvio Nami Júnior, de Maringá. Em razão do desligamento das luzes de balizamento, na Pista do respectivo aeroporto, nas noites de: quinta-feira, dia 06 de setembro de 2007 e quarta-feira, dia 12 de setembro de 2007. Sendo que na segunda noite uma aeronave da Trip do voo 5521, com 39 passageiros e 4 tripulantes teve que sobrevoar Maringá por 48 minutos, antes de conseguir pousar.

As informações dão conta que os aviões da Trip, em seus vôos noturnos só têm conseguido aterrissar aproveitando uma janela aberta para os vôos da TAM. O que é de se considerar uma situação absurda, pois os passageiros nada têm a ver com as possíveis pendências das empresas, pois são suas vidas que estão em jogo.

A empresa Nordeste, afirma que a Trip não tem pago as taxas de serviços prestados pela Nordeste, e, a Trip, por sua vez, afirma que as taxas têm sido aumentadas acima do valor da inflação, e, que enquanto a dívida não for quitada, as luzes do balizamento serão desligadas para a Trip.

Entende este Parlamentar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que qualquer negociação de dívidas entre a Empresa Trip e a Nordeste - que é formada por um consórcio das empresas VARIG/Rio Sul - que venham a ser feitas com os aviões e os passageiros no ar, são passíveis de repúdio e devem ser consideradas como criminosas.

Centenas de pessoas fazem esse voo para Maringá e região, semanalmente, e, brincar com vidas humanas, que ficam sobrevoando a cidade até que se aproveite uma janela para a aterrissagem dos aviões da TAM, para poder aterrissar, é passivo de denúncia criminosa. Seja qual for a empresa, isto é um ato desumano e precisa de uma investigação profunda.

Por isso, pela enorme negligência que está sendo cometida no Aeroporto Regional de Maringá, quero solicitar, desta tribuna, ao Deputado Marcelo Rangel, Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação Social, que seja feita uma investigação sobre o problema ocorrido em Maringá, e que é motivo do nosso requerimento nesta Sessão.

Era só, Sr. Presidente, e muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Eu prestei atenção no pronunciamento do Deputado Luiz Nishimori e ele pode ter certeza que a Comissão de Transportes irá, sim, investigar os problemas relatados aqui no plenário, nesta tarde de segunda-feira.

Na semana que vem, estaremos nos reunindo e eu viajarei a Maringá para conversar com os técnicos, com os operadores do aeroporto de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Teruo Kato.

### ***Deputado Teruo Kato (PMDB)***

O SR. TERUO KATO

**(Lê):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última terça-feira tive a satisfação de participar da abertura do VII Seminário Nacional sobre Educação Integral na cidade de Apucarana, no norte do estado, representando a Comissão de Educação da Assembléia.

Apucarana é reconhecidamente a capital do bonê. Noventa por cento (90%) dos bonés fabricados no país são confeccionados em Apucarana. Somente este segmento gera no município mais de 15 mil empregos.

Agora, Apucarana está se tornando a cidade da educação. O trabalho desenvolvido pelo Prefeito Padre Valter Pegorer, com a educação integral, vem revolucionando a qualidade de ensino no município e tem atraído pessoas ligadas à educação, de todos os cantos do Brasil, que vem ver de perto essa experiência.

Também aproveitei esta oportunidade e visitei mais algumas escolas em tempo integral que já estão em funcionamento, naquele município, há mais de 7 anos.

Sras. e Srs. Deputados, é gratificante constatar *in loco* os avanços e resultados alcançados através da educação integral, onde as crianças permanecem mais tempo na escola e, por isso, aprendem mais e têm a possibilidade de praticar outras atividades que envolvem esporte, lazer, arte e cultura.

É visível no semblante das crianças a alegria de poderem estar freqüentando uma escola com estes moldes, tal qual costumamos ver com freqüência somente nas escolas particulares.

Neste seminário, vários municípios daqui e também de outros estados vieram apresentar suas experiências.

A cidade de Belo Horizonte tem hoje 47 escolas em tempo integral, totalizando 15 mil alunos. Antes da implementação do tempo integral foram tomadas algumas medidas, entre outras:

- mapeamento dos espaços em torno da escola que pudessem ser utilizados em atividades de contra turno, quer sejam públicos ou privados;

- consulta e adesão das famílias. Isto quer dizer que a mudança não foi imposta de cima para baixo e, cada escola sempre procurando respeitar as características, peculiaridades e anseios de cada comunidade.

Outro município que também decidiu pela educação integral em toda a sua rede de ensino, desde o ano de 2005, é Porecatu. A Secretária de Educação fez a sua explanação enfatizando o gasto que gira em torno de apenas 26% do orçamento.

Sr. Presidente, os resultados foram fantásticos. Hoje não se tem crianças na rua e muitas mães têm oportunidade de trabalhar enquanto os seus filhos permanecem nas escolas.

O índice de repetência que em 2004 era de 34%, em 2005 caiu para 22%, e em 2006 reduziu ainda mais, para 14%.

Uma das decisões importantes tomadas em Porecatu para a implementação da educação integral foi a formalização de uma parceria entre a Universidade Federal do Paraná para cursos de formação continuada aos professores.

Através de um provão chegou-se a uma avaliação da real situação dos alunos daquele município e, a partir daí, foram sendo desenvolvidos os programas para melhorar os indicadores, principalmente os pontos fracos.

Constatou-se, por exemplo, que teria que se melhorar o aprendizado de português e, para tanto, os professores também teriam que ser reciclados para oferecer um ensino de melhor qualidade.

Estiveram presentes neste seminário representantes do MEC, do Conselho Estadual de Educação, da UNDIME, da Secretaria de Educação do Estado e todos foram unânimes em dizer que, realmente a educação integral é o grande caminho para se conseguir que as crianças menos favorecidas tenham a oportunidade de adquirir os mesmos conhecimentos que hoje somente os filhos dos ricos podem ter.

Nobres Parlamentares, por tudo o que pude ouvir e presenciar neste seminário, firmei ainda mais minha convicção de que estamos no caminho certo.

Vamos continuar persistindo no convencimento de prefeitos e lideranças de que mais importante do que a falta de recursos, de estruturas físicas, de pessoal, etc., é a vontade e a decisão política de realmente priorizar a educação integral e com isso fazer a grande transformação que tanto almejamos.

Obrigado! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dr. Batista.

### ***Deputado Dr. Batista (PMN)***

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, esclarecer a minha participação neste lamentável episódio que constrangeu a todos desta Casa. No atual momento, atinge diretamente a minha pessoa. Mas, já constrangeu e provocou um transtorno também ao Deputado Edgar Bueno, ao Presidente Nelson Justus e aos demais Deputados que debatem esse tema considerado polêmico.

Pessoalmente, considero que sinceramente, há muitos outros temas em grau de importância bem maior para ser debatido nesta Casa à chamada PEC do nepotismo. Porque sabemos que na Câmara dos Deputados existem nove PECs, mas também não é esse o tema do meu pronunciamento.

É minha assinatura na PEC. Não me manifestei antes, porque eu tinha certeza que havia assinado outro projeto, Deputados. Porque aqui nesta tribuna fui favorável, a uma jornada de 30 horas de trabalho, para os servidores da área de saúde, me pronunciei e pronunciei o voto, Deputado Romanelli, para a saúde, favorável. Assim que fui chamado pelo Presidente Nelson Justus, para confirmar minha assinatura, Sr. Presidente, de imediato eu disse: Não nego, a assinatura é minha. Pedi as devidas escusas aos constrangimentos que causei. Porém, Deputado Edgar Bueno, eu não escrevi em cima da minha rubrica, o nome de V. Exa. Amanhã ou depois, se eu pegar um projeto, pegar a assinatura de todos os Deputados, a primeira coisa que eu faço em cima de sua rubrica, é colocar o nome do Deputado.

Ficam aqui as minhas desculpas públicas, para as senhoras e para os senhores. Não é, nunca foi e não será de minha parte, qualquer ação que venha macular a imagem desta instituição, que é a Assembleia Legislativa do Paraná.

Minhas senhoras e meus senhores, muito mais que qualquer tema mediático, que às vezes, mas nem sempre desvia o foco da atenção da imprensa proponho debatermos temas, que superem as mazelas sociais do nosso estado e do nosso país. Esses temas, sim, a saúde, a educação, o emprego, o desenvolvimento, meio ambiente merecem pautar a nossa ação cotidiana nesta Casa.

Todos sabem da minha trajetória política. Sou um homem íntegro. Sou médico. Tenho a minha atuação voltada para a área da saúde. Estou no meu primeiro mandato nesta Casa. A Deputada Cida Borghetti e o Deputado Luiz Nishimori, que são de Maringá, me conhecem muito bem. Venho da quarta disputa seguida. Fui Vereador em Maringá. Fui reeleito o Vereador mais votado da história de Maringá, por um serviço prestado à sociedade pela Pastoral da Saúde. Eu, como médico e

especialista que sou, faço cirurgia em todos os meus doentes, principalmente, aqueles menos aquinhoados pela sorte.

Sr. Presidente Nelson Justus, eu tenho um lema de fazer política: fazer bondade ao ser humano, praticando a medicina sincera, com amor e carinho, retirando os pontos de cada paciente que opero e faço isso até hoje na residência de cada um. Esse é o meu trabalho como médico. Operei na quinta até meia-noite, na sexta, o dia inteiro, no sábado, das 10h até 16h, Deputado Edson Praczyk, a mãe do seu amado Pastor e companheiro, Nilson Malaquias do Prado, da Assembleia de Deus de Sarandi - passei o sábado inteiro operando, porque sempre quero o bem-estar social da nossa sociedade.

Fui Vereador, como já disse. Disputei a eleição para a Prefeitura de Maringá, por duas vezes. Fui para o segundo turno contra o PT. Perdi as eleições. Disputei outras eleições, para Deputado. Fiz 26 mil votos em 2002, em Maringá. Disputei para Prefeito em 2004. Fui o terceiro mais votado, com 37 mil e 800 votos. Deputado Bertoldi, não fui para o segundo turno. Apoiei justamente o partido que me simpatizava. Apoiei no segundo turno o PP, perdemos as eleições, mas eu não perdi o humor, não perdi a vontade de ajudar aqueles menos favorecidos pela sorte.

Em 2006 me candidatei a Deputado Estadual pelo PMN e cá estou, com 26 mil 714 votos, cumprindo o oitavo mês nesta Casa. Meus votos: Maringá, Paissandu, Sarandi. Não fiz campanha na região de Maringá, pois eu tinha apenas 30 cabos eleitorais trabalhando em todo o estado do Paraná. Fiz campanha trabalhando dentro do meu consultório, sempre operando aquele que realmente precisa da minha ajuda.

Nesses oito meses já propus 17 projetos de lei, apresentei 22 indicações. São projetos que vão desde a proibição de interrupção de energia elétrica a consumidores com até 60 dias de atraso do pagamento de conta de luz, até que se institua o programa de combate à febre amarela e a dengue em nosso estado.

Um dos nossos projetos, que contou com apoio de todos os Deputados e Deputadas desta Casa, foi sancionado pelo Governador Roberto Requião. Trata-se da Lei nº 118 que versa sobre o desenvolvimento do projeto específico de proteção e reflorestamento das margens dos rios e lagos no estado do Paraná.

Posso dizer que o meio ambiente é a minha segunda área de atuação, com todo respeito ao nosso Deputado Estadual Cheida, um médico que tanto considero, e considero todos os Deputados desta Casa de Leis, respeito a todos, gosto de todos.

Já que tenho outros 3 projetos na área, instituí o programa: uma criança, uma árvore, que cria o programa de conscientização do reflorestamento no Paraná e que cria o programa de obras de captação e armazenamento de águas pluviais. Mas, na sua grande maioria, meus projetos versam sobre ações de programas da área de saúde. Eles estão à disposição da imprensa nos Anais desta Casa. Já



as minhas indicações tratam de pedidos por obras, aquisição de aparelhos e instalação de programas e serviços específicos do Governo do Estado, especialmente nos municípios de Maringá, Paissandu, Sarandi e região. E já fui muito bem atendido, já fui muito bem atendido pelo Secretário de Estado da Saúde, na cidade de Maringá, na Santa Casa, na UTI e pelo Governador Roberto Requião, que tem nos ajudado na saúde. Estamos aparelhando as UTIs, estamos levando vários aparelhos. Maringá, Paissandu e região estão tendo este grande apoio.

Faço este breve relato das minhas ações e propostas, minhas senhoras e meus senhores, para refutar qualquer tentativa de questionar a integridade moral da minha ação parlamentar.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento e eu conheço V. Exa. lá da região de Maringá. Somos vizinhos, inclusive, de cidades. Sei da sua história política como Vereador, como candidato a Prefeito, imagino que ainda será Prefeito daquela belíssima cidade, e parabenizar V. Exa. pela atitude de assumir a questão da assinatura.

Eu tenho uma dúvida e gostaria de saber se mantendo esta coerência que V. Exa. sempre pregou, se manterá a assinatura nessa PEC, tão importante para o Paraná. Então, esta é uma dúvida e, desde já, cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento.

**O SR. DR. BATISTA (PMN)**

Muito obrigado, Deputado Douglas. Concedo aparte ao Deputado Jocelito Canto.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Dr. Batista, eu só queria dizer a V. Exa. que sou, neste momento em que alguns querem transformá-lo no satanás desta Assembléia, quero dizer que V. Exa. tem o meu apoio. V. Exa., como todos nós Deputados aqui, assinamos muitas vezes encaminhamentos para fazer tramitar certas matérias aqui. Muitas vezes assinamos para ajudar um companheiro a tramitar um processo ou um projeto nesta Casa.

V. Exa. quando assinou, nessa sua bondade, nesse seu jeito simples de ser, pela primeira vez está nesta Casa, assinou como deferência especial ao pedido. Quero dizer a V. Exa. que o estou apoiando neste momento. Sei que o senhor não fez de má-fé e o seu trabalho como médico, humanitário, V. Exa. tem um trabalho voltado ao povo simples de Maringá, é um homem de luta, é um homem que cuida das crianças e dos mais pobres e não é isso que vai desabonar a sua figura e a biografia de sua vida como médico do povo.

Continue fazendo seu trabalho, não desanime, o senhor está aqui pela primeira vez e se o senhor colocou a sua assinatura, tenho certeza que não foi de maldade,

V. Exa. colocou em apoio, como muitos de nós colocamos aqui, quando alguns companheiros pedem.

Era isso.

**O SR. DR. BATISTA (PMN)**

Muito obrigado, Deputado Jocelito. V. Exa. disse uma verdade muito grande, pois quando assinamos, nós assinamos para tramitar o projeto. O projeto vai para todas as comissões, às vezes nós assinamos tantos papéis e nós queremos acompanhar, nas comissões, o projeto que assinamos. Eu vou ler até com mais detalhes, nas comissões. Temos grandes comissões aqui com grandes Deputados. Confio em todos os Deputados desta Casa de Leis. Nós sabemos que os Deputados aqui são escolhidos pelo povo e o senhor, como grande Deputado de Ponta Grossa, um dos Deputados entre os quatro, nós sabemos que são os quatro famosos Deputados de Ponta Grossa que lutam pela saúde. Por isso, Sr. Presidente, nós sabemos que existem nove PECs na Câmara dos Deputados. Eu não vou assinar PEC, Sr. Presidente, porque considero por demais rejeitada e debatida nesta Casa, na legislatura anterior. Não vou assinar por quê? Muito bem colocado pelo Deputado Edgar Bueno: “O povo do Paraná majoritariamente aprovou o terceiro mandato do Governador Roberto Requião.” O Deputado Edgar Bueno falou, ali naquela tribuna e eu acompanhei muito bem o Deputado Edgar Bueno falando. O método de governar o estado foi aprovado, a população aprovou! Aliás, Deputado Edgar Bueno, cometeram também o equívoco com o senhor, identificando como sua a rubrica colocada na proposta. Era minha, Deputado Edgar!

Quando o Presidente Nelson Justus, que está conduzindo muito bem esta Casa, quarta-feira à tarde me disse: “Batista, esta assinatura é tua?” Eu falei: É. Eu não vou negar, eu não nego! O Deputado Jocelito Canto acabou de confirmar, quantos papéis nós assinamos para tramitar nessa Casa, quantos papéis, Deputado Augustinho Zucchi, o senhor assinou, eu assinei, nós assinamos? Porque aqui eu confio em todos os Deputados!

Não assinei essa proposta, não assinei e não assinarei a proposta porque o Congresso Nacional ainda debate a questão e nenhuma legislação estadual poderá ser sobreposta a uma legislação federal que ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Concedo aparte ao Deputado Dobrandino.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Deputado Dr. Batista, primeiro, obrigado por me conceder o aparte. V. Exa. assinou imaginando que era o Projeto das 30 Horas da Saúde?

**O SR. DR. BATISTA (PMN)**

Perfeito.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Por isso, eu quero dizer ao Presidente da nossa Casa, Deputado Nelson Justus, é gravíssimo, não é

grave, é gravíssimo esses acontecimentos. Acho que isso depõe contra os membros da Assembléia Legislativa. E V. Exa. não tem que pedir desculpas nenhuma. V. Exa. assinou um projeto que no final era outro. Apenas V. Exa. tem que esclarecer que não assinou no projeto, na PEC.V. Exa. assinou no Projeto das 30 Horas da Saúde. E a Assembléia, imagino, deverá tomar alguma providência neste sentido.

Muito obrigado!

**O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)**

Nosso respeito e admiração pelo trabalho humanitário e social de V. Exa. Pelo que entendi, V. Exa., falar ao contrário da interpretação do Deputado Dobrandino, V. Exa. já assinou a PEC contra o nepotismo, ainda que por equívoco, foi a interpretação. Porque V. Exa., na empolgação, no discurso, mencionou que não vai assinar. E essa PEC já está assinada por V. Exa. Então, na minha interpretação, V. Exa. só tem um caminho, que seria de manter a assinatura ou retirar essa assinatura. Não caberia assinar o que já está assinado. É a interpretação.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Já estou inscrito no Pequeno Expediente. Esse é um tema que tem feito, nos últimos 15 dias, um debate intenso. Apenas solicitaria a esta Presidência que pudesse esclarecer ao Deputado Dobrandino que não há engano. Acho que o Deputado Dobrandino não falou comigo, mas não há engano na assinatura. A assinatura foi feita - o Deputado Batista já falou isso - nos 2 projetos, na PEC e no Projeto de 30 Horas.

Não dá para ter nenhum tipo de ilação que houve alguma coisa, um engano, não há. Só estou falando isso, pela ordem, porque posteriormente vou falar sobre isso. E acho que temos que colocar as coisas bem na ordem que estão acontecendo, senão vai virar um negócio surreal.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devolvo a palavra ao orador para que conclua, porque o seu tempo já está encerrado.

**O SR. DR. BATISTA (PMN)**

São essas as minhas razões, que espero sejam respeitadas. São esses os meus esclarecimentos, que espero não suscitem dúvidas quanto ao meu caráter, a minha integridade e a minha atuação como Parlamentar e homem público. Tenho fé, tenho convicção e não me curvarei.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Elio Rusch.

**O SR. DR. BATISTA (PMN) (Pela Ordem)**

Estou encaminhando à Mesa um ofício pedindo a retirada da minha assinatura.

## ***Deputado Elio Rusch (Democratas)***

**O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Usei o Pequeno Expediente, uma vez que faria uso do Grande Expediente mas já havia orador inscrito e o horário da Liderança do nosso Partido será usado pelo Deputado Plauto. Rapidamente usando esse Pequeno Expediente, depois na discussão e também no encaminhamento do projeto de lei, que visa autorizar o Governo do Estado a participar de uma nova empresa, para que ela possa participar também, da licitação dos trechos rodoviários que serão licitados, no início do mês de outubro.

Gostaria de dizer, aos Srs. Deputados, com toda a certeza, em cada canto do estado do Paraná existem problemas com estradas estaduais. Na minha região em particular, oeste do Paraná, as estradas estaduais estão intransitáveis. Alguns tapa-buracos foram feitos, e a primeira chuva levou tudo. O que mais nos preocupa é a questão funcional do DER. A Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, não têm um corpo técnico suficiente para cuidar das estradas estaduais. Através da mensagem que foi enviada à Assembléia, o Governo do Estado coloca à disposição funcionários, da Secretaria dos Transportes, para a elaboração e participação técnica, para participarem dessa concorrência, que vai acontecer, no início de outubro.

Ora, se o Governo do Estado não tem quadro suficiente no DER para cuidar das suas estradas, como é que ele quer colocar à disposição funcionários para participarem de uma empresa, cuja qual é para participar de uma licitação. Não dá para entender.

Diria que o estado do Paraná através das ações governamentais, nós estamos na contramão.

Quantas leis, nós já aprovamos aqui na Assembléia Legislativa e, todas elas com relação ao pedágio, foram consideradas inconstitucionais.

Nós no dia de hoje votaremos a constitucionalidade e também o mérito desse projeto de lei, conforme entendimento mantido na semana passada. Quantas Sessões serão realizadas, quantas necessárias forem. Isso foi o entendimento que se teve na semana passada.

Mas a Gazeta do Povo e outros jornais - eu acredito no dia de hoje - têm publicado um manifesto dos funcionários da COPEL.

Ora, não vou ler todo o manifesto porque, todos os senhores devem ter recebido e devem ter lido. O manifesto subscrito pelo Diretor-Presidente da Associação dos Profissionais da COPEL, Alceu Pinto de Almeida Filho; pelo Diretor-Presidente da Associação COPEL, Luiz César (Arnês); pelo Presidente da Associação COPEL Curitiba, José Assis Neto; Vice-Presidente e hoje também está presente, falei com ele pessoalmente, da Associação dos Amigos Copelianos, entre outras entidades que subcreveram uma carta demonstrando a sua preocupação com a COPEL. Porque entendem os funcionários da

COPEL, que quem construiu a COPEL não foi o Roberto Requião, não foi o Jaime Lerner, Álvaro Dias, José Richa, Jayme Canet e nem Ney Braga. Quem construiu a COPEL foram os funcionários da COPEL. Quem construiu a COPEL foram os tributos do estado do Paraná. Quem gerenciou a COPEL, se a COPEL é a empresa que ela é hoje, é graças aos seus funcionários.

Esta é a carta subscrita pelos funcionários da COPEL, que representam os ativos e, também, os inativos.

Qual é a preocupação desses funcionários da COPEL? Qual é a nossa preocupação como homem público? Como cidadão do estado do Paraná? É que a COPEL, ela tem know-how, sim, mas o know-how em geração de energia, em transmissão, em distribuição. Isso é o know-how da COPEL. Mas, a COPEL não tem conhecimento, não tem know-how nenhum em transporte e muito menos nas questões rodoviárias.

É por essa razão que nós temos que dar vocação e dar a mão à palmatória para quem entende exatamente da área. Mas, a COPEL não entende.

É por essa razão Sr. Presidente, que eu encerro e no encaminhamento e na discussão depois desse projeto, nós falaremos sobre a constitucionalidade, mas também sobre o mérito. Mas o que eu queria deixar registrado para os Srs. Deputados seria o seguinte: Se não bastasse a fuga dos investimentos no estado do Paraná, o Porto de Paranaguá e o Porto de Antonina dia após dia estão diminuindo. O Porto de São Francisco, o Porto de Itajaí, o Porto de Navegantes, o Porto de Imbituva e agora o Porto de Itapoá em Santa Catarina, cinco portos em Santa Catarina estão recebendo altos investimentos.

Eu encerraria dizendo o seguinte, quem gosta de encrenca o Paraná é um prato cheio com o nosso Governador.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto no Pequeno Expediente.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Hoje o que nos traz muita alegria à tribuna dessa Casa, é sem dúvida, o registro de um grande momento da educação no nosso município de Ponta Grossa.

Nós estamos recebendo aqui com muita satisfação os professores do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, professor Odair Pasqualini que é de Ponta Grossa que está aqui presente; professor Marcos, Gilmar, Solange e a Diretora professora Graça, que estão na nossa tribuna de honra e vem aqui, para nos mostrar a maravilha que é um projeto feito pela clareza, pela dedicação e pelo compromisso desses professores que dão aula dentro da penitenciária estadual de Ponta Grossa.

Agora, esse grupo de professor ganhou prêmio a nível nacional no ano que passou. Receberam um prêmio nacional por estar fazendo aquilo, que é a grande revolução dentro de uma penitenciária. Uma escola que faz o trabalho de preparar aquelas pessoas, que muitas vezes ninguém se preocupa, só se preocupa com a questão da violência e só critica, nada se faz. Estou registrando hoje o voto de aplauso a essa escola, a sua Diretora professora Graça e aos seus professores. A excelência da educação dentro da escola, dentro de uma cadeia. A escola recebeu um prêmio até financeiro de dez mil reais que está sendo aplicado na própria escola. Um trabalho bonito, maravilhoso feito pelo coração dos professores.

Mas, enfim, queria fazer esse registro, que enquanto se critica a educação, enquanto se critica alguns setores veja o exemplo dessa Casa hoje, votos de aplausos para essa escola em Ponta Grossa, para seus professores, para sua direção. Para o trabalho maravilhoso que estão fazendo e que já dá frutos. Presidiários já estão sendo aprovados, inclusive na Universidade Estadual de Ponta Grossa, estão conseguindo ingressar no ensino superior. Este é o trabalho de investimento na segurança! É trazer de volta, é dar oportunidade àquela pessoa para que tenha direito de aprender. É o que estamos vendo acontecer em Ponta Grossa, na penitenciária estadual, em algumas penitenciárias. Alguns professores chegam a dar aulas atrás das grades, diferente do que acontece em Ponta Grossa. O trabalho que estes professores estão fazendo, é trabalho maravilhoso, para orgulhar nosso ensino público do estado do Paraná, o ensino da rede estadual merece este aplauso que vamos votar, hoje, e que está na Ordem do Dia. Aplausos para a Secretaria de Educação, aplausos para estes professores que se dedicam, que trabalham, e estão dentro de uma penitenciária, fazendo um trabalho maravilhoso e que deve ser aplaudido por esta Casa.

Por isso, professora Graça e demais professores, recebam desta Casa nossos cumprimentos. Tem gente que adora falar da segurança, porque falar mal da segurança dá votos. Falar mal de polícia é bom. Agora, ninguém investe na educação. E quando alguém investe e ganha um prêmio, nós temos que aplaudir. E este prêmio vem de Ponta Grossa, vem do trabalho destes maravilhosos professores que estão nesta Casa e merecem todo o elogio, de todos nós.

Por isso, Deputado Belinati, vejo que é um bom trabalho pela segurança. Começa a volta do presidiário à sociedade, com educação, com preparação, conseguindo fazer um curso superior, passar na universidade de Ponta Grossa. Este é o trabalho de uma escola pública estadual que não faz muito tempo que começou, mas que tem lá seus belos profissionais, exemplares professores. E por isso recebem, no dia de hoje, os votos de congratulações desta Casa, de todos os Deputados. Tenho certeza de que todos votarão a favor, porque é um momento especial da educação, ao lado do compromisso de melhorar nossa segurança no estado.

Por isso, mais uma vez, professora Graça, nossos cumprimentos à senhora, aos demais professores e a todo o pessoal que está ligado neste projeto maravilhoso. Parabéns! A professora Graça é funcionária da Prefeitura trabalhou conosco quando fui Prefeito, e sempre foi um exemplo para a educação do município e agora do estado do Paraná.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PTB***

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar este registro. Aqui estão os professores de Ponta Grossa, que ganharam prêmio nacional. Nacional! Em nome da educação, está aí a professora Graça, os valorosos professores de Ponta Grossa.

Dentro da penitenciária estadual ganharam o prêmio mais importantes do Paraná. Transmito isto ao Secretário e ao Governador, aqui está um exemplo. Dentro da penitenciária de Ponta Grossa, nossos valorosos professores! Este é nosso Líder do Governo, Deputado Romanelli. Merecem, não é? Porque falar mal da segurança é bom. Falar mal da educação é ruim.

Mas, é bom aplaudir valorosos homens da educação e mulheres deste estado do Paraná.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

Apenas para me somar a V. Exa. e registrar esta alegria por este trabalho desenvolvido. O Deputado Jocelito, na última quarta-feira, por conta de que inaugurávamos o CEEBJA Paulo Freire, novas instalações. E eu falava da importância da educação de jovens e adultos. E ele relatava o trabalho desenvolvido pelos mestres pontagrossenses, em relação à população carcerária.

Então, quero aqui dizer que notícias boas iguais a esta, estes bons exemplos têm que ser seguidos. Nós sabemos que na área da educação temos que fazer um grande esforço transformador em relação à questão da sociedade. Então, quero dizer ao Deputado Jocelito que me solidarizo com V. Exa. e parabeno a todos os profissionais da área da educação pontagrossense, por terem obtido este prêmio.

Era isto, muito obrigado!

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Muito obrigado, Deputado Romanelli. São nossos grandes professores de Ponta Grossa. Mas, Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, Srs. Deputados.

Hoje é dia de boa notícia. Quero dar aqui uma boa notícia. Alguns disseram que eu seria cassado, mas hoje, com alegria, registro aqui que ainda dá para acreditar em alguns membros do Ministério Público.

Ministério Público em primeira instância me condenou. Mas, o Ministério Público Federal fez um parecer, que já está nas mãos do Relator do STJ, pedindo para encerrar o caso do policial Tadeu.

O parecer do Subprocurador da República, Aroldo Ferraz da Nóbrega, diz: “Entendo que deva ser concedido o *habeas corpus* de ofício para absolver o paciente na amputação que lhe é feita.”

Diz mais o Ministério Público: “É evidente que o Prefeito não utilizou em benefício pessoal de bens, rendas ou serviços públicos. Recebeu na condição de Prefeito a segurança que lhe foi prestada por um policial militar, colocada à disposição de qualquer Prefeito. Em suma, o parecer é pelo concedimento de *habeas corpus* para absolvição do paciente.”

O Ministério Público pediu para encerrar. Foi no mérito. Se o Ministério Público Estadual falhou, em instância superior o Subprocurador manda encerrar.

Aqui está o reconhecimento do Ministério Público Federal. Manda encerrar, absolver, porque não há crime. Como sempre soubemos.

Pergunto: quem paga o prejuízo moral, financeiro que você sofre? Ninguém paga. Não dá para propor uma ação contra o Ministério Público.

Desde o começo, a professora Regina, na Universidade de Ponta Grossa, defendia essa tese. E a tese que foi acatada era que não havia crime. Não há crime nenhum de um policial estar cedido para uma prefeitura. Isso existe em todo lugar.

O Ministério Público Federal manda encerrar. Pede para absolver. Não tem crime nenhum.

Aqueles idiotas que disseram que eu seria cassado, peguem os foguetes e guardem. O Jocelito não vai ser cassado.

Muitos membros da imprensa me atacaram, dizendo que seria cassado, que não iria assumir, mas estou aqui, vivo e com a absolvição do Ministério Público Federal.

Quem paga esse prejuízo? Não sei. Ninguém paga o sofrimento de quem não fez nada de errado.

Quero fazer este registro e dizer ainda que existem, sim, pessoas boas na justiça. Há bons Juízes, bons Desembargadores, bons Ministros, há bons Procuradores e Subprocuradores, que sabem o que significa lei: lei é para ser cumprida, lei é para se interpretar, como se interpretou neste caso, em Brasília. Por isso, Deputado Zucchi, agradeço.

Deixo registrada uma homenagem a um ex-Deputado que andou tramando por aí, um rato dos porões da Assembléia. É lá que ele vai ficar. Suplente não assume voto nenhum, só quando o Deputado se licencia ou quando o Deputado fica doente e vai para casa. Suplente tem que fazer voto na urna. Quem tem que assumir cargo, Sr. Presidente, é quem tem voto. Não é no tapetão! E um rato que andou agindo contra mim vai continuar andando aqui na Assembléia, nos porões, nos esgotos, onde andam os ratos que andaram por aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de hoje, tivemos uma reunião muito boa no CEDRAF. V. Exa., Sr. Presidente, inclusive é membro daquele conselho. Representei V. Exa. e lá nós fomos indicados, desta Casa, daquele conselho. Eu que sou do oeste do Paraná, foi aprovado o pré-território oeste. A política de desenvolvimento regional do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, prevê que os municípios que têm o menor IDH se organizem, se articulem e componham seus territórios. Desta vez foi no oeste. São 16 municípios que formam esse território e que irão planejar juntos as políticas públicas para diminuir a pobreza, a fome, a miséria, as desigualdades sociais daqueles municípios. Então, isso para nós é muito gratificante.

Certamente, o orçamento do estado, o orçamento da união, as emendas parlamentares federais que existem devem ser voltadas para essas políticas dos territórios, porque esses projetos são desenvolvidos em conjunto com as universidades, com as prefeituras, com a parceria dos órgãos do estado e do Governo Federal. Certamente são políticas consistentes que vão diminuir as desigualdades regionais e vão focar as ações exatamente onde há mais desigualdades: nos municípios que têm o menor IDH. Para nós foi muito gratificante.

Dos 16 Prefeitos, 12 estiveram presentes na reunião do CEDRAF. Foi uma reunião muito bonita. Também lá se aprovou a criação da Câmara Técnica da Agricultura Orgânica, que irá identificar os gargalos que existem neste setor, que é muito promissor. Aliás, o Paraná é o estado que mais produz orgânicos. Temos grandes problemas, mas o estado é que vai estar induzindo, trabalhando, inclusive criou o Centro de Referência em Agroecologia, no sentido de promover a agricultura sustentável e orgânica, no sentido de proporcionar um alimento mais saudável para que o consumidor tenha mais saúde. Esse é o desejo do conselho, é o desejo dessa Câmara Técnica que foi aprovada no dia de hoje, lá no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, o CEDRAF.

Amanhã, também, será um dia muito importante para o setor da agricultura familiar, principalmente para quem trabalha com viticultura. A uva do Paraná terá um reconhecimento do Governo do Estado do Paraná. O Governador, amanhã, assinará o decreto que isentará do ICMS as uvas, ou seja, a transformação da uva que pode originar o suco de uva, vinhos e geléias terá isenção do ICMS. Em outros estados, esse tributo já era baixo e aqui no estado não vamos cobrar impostos. Isso estimulará esse setor. É um setor que ainda é pequeno no estado,

mas, certamente, as culturas alemãs e italianas que herdaram dos seus familiares o plantio, poderão sentir-se estimuladas e, certamente, essa atividade gera bastante emprego, gera renda. Um hectare de uva, Deputado Teruo, gera renda e emprego para mais de 20 alqueires de soja. Isso é muito importante, certamente faz com que fixe mais gente no campo. Também o Governador deverá assinar no dia de amanhã, e para nós é motivo de gratificação, um decreto para estimular a avicultura no estado do Paraná. A avicultura é um segmento que traz muito emprego, muita renda e muito tributo, impostos para o estado através da industrialização do frango. O Governador aplicará a mesma regra da irrigação noturna na cobrança de energia elétrica para avicultura. Se sombra de dúvidas, um dos insumos mais caros.

Amanhã deverá ser assinado esse decreto que diminuirá significativamente o custo da energia elétrica para a avicultura, para os produtores de frango no estado do Paraná.

Muito obrigado.

### ***Grande Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao horário do Grande Expediente. Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri por 30 minutos.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputada Cida Borghetti exercendo a presidência neste momento.

Passo a usar o horário do Grande Expediente porque me parece, Deputado Nelson Justus, que é preciso que esclareçamos algumas coisas que aconteceram nesses últimos 15 dias.

Apenas para que possamos lembrar, e ouvir aqui, Deputado Pugliesi, o Dr. Batista e antes de entrar na questão específica, Dr. Batista, o senhor lembra que assinou esse projeto em fevereiro? A PEC do nepotismo é uma PEC que foi apresentada a partir de fevereiro. Os Deputados que assinaram, de forma geral assinaram em fevereiro. Apenas 3 ou 4 assinaram posteriormente.

O projeto das 30 horas, Deputada Cida Borghetti, que a senhora também assinou, foi assinado em julho. Estou falando disso, Deputado Rossoni, porque a PEC foi assinada em fevereiro. Que tenha havido um problema, que eu não lembre, que tenha que retirar, acho que isso é perfeitamente compreensível. O que não dá é para pensarmos que houve por um processo não bem explicado, uma indução, e não foi isso que foi colocado, uma indução para que alguém inocentemente assinasse aquilo que não queria assinar. Falo isso porque lembro, conversamos inclusive com o Deputado Strapasson que estava exatamente onde está agora, assinou e com a mesma caneta o Deputado Dr. Batista também assinou; o Deputado

Stephanes que estava ao lado também assinou. Isso foi feito depois de tentarmos muito lembrar como havia sido feita essa assinatura.

O que me parece é que há na Constituição Federal, no artigo 37, que por si só já determina que temos de ter na relação da contratação de serviço público, respeitada a impessoalidade, a publicidade e a legalidade, já seria suficiente, mas, há que se levar em conta que há uma PEC de 1996 que tramita no Congresso Nacional que, por diversas vezes se tentou votar e não foi conseguido. A última vez foi há 1 ano atrás, quando inclusive aqui na Casa votamos a PEC 40, que tinha o mesmo conteúdo. Por conta de um entendimento da presidência na época, Deputado Hermas Brandão, que se votássemos isso no Congresso Nacional era preciso que votássemos aqui. Então, era melhor que antecipássemos a votação aqui.

Por que digo isso? Porque acho que não há nenhum tipo de equívoco, nenhum tipo de esquecimento. Há, sim, Deputado Péricles, uma compreensão de que não se deve manter a assinatura. Quem sou eu para discordar disso? Assim como os Deputados têm o direito de assinar, têm o direito de retirar. O que não pode acontecer é você fazer de conta que essa assinatura foi dada, pensando que era outra coisa que não existia.

Quero passar um pouco do que foram esses últimos dias. Dia 10 de setembro, na segunda-feira, apresentei o projeto à Mesa e o funcionário me chamou e falou: "Falta uma assinatura, porque um Deputado assinou duas vezes, por engano. Por isso, como não estava escrito embaixo, está sendo contado como duas assinaturas." Fomos ao Deputado Rossoni - estou relembando o que falei aqui - ele assinou, publicamos aqueles nomes e apresentamos a PEC. Na quarta-feira, o Deputado Romanelli, que infelizmente não está no plenário, mas não posso deixar de fazer esse registro, veio à tribuna e pediu para que disséssemos de quem era aquela assinatura, uma vez que havia sido confirmado, que não era do Deputado ao qual estava sendo atribuída e fez a pergunta de quem era a assinatura. Não nos lembrávamos de quem era a assinatura, porque entendíamos que já tinha sido identificada. No próprio dia 12, o Deputado Romanelli requereu à Mesa - acho importante que tenhamos a clareza do que estava acontecendo - nos seguintes termos: Requer a Comissão Executiva dessa augusta Casa de Leis, as tomadas de providências, entre outras coisas diz o Deputado Romanelli, no seu parágrafo 2º do texto, ressalta-se ainda que o Deputado Edgar Bueno nega ter apostado a sua assinatura na PEC, bem como através de prévia conferência do livro de autógrafos da Mesa Executiva, a assinatura não confere com a de nenhum Deputado Estadual.

Isso é grave, Sra. Presidente, porque não tive acesso ao livro de autógrafos, assim como os outros Deputados não tiveram. Não vi o livro de autógrafos. Entreguei a PEC com erros que admiti, de encaminhamento, na coleta de assinatura ou, talvez, de uma falta de um controle maior. Falei isso na quarta-feira. O Deputado Romanelli teve acesso ao livro. O Deputado Dr. Batista,

depois de eu trazer aqui mais de 50 assinaturas, afirmou categoricamente que essa sua assinatura é única. Fico surpreso, porque o que está aqui diz que não há nenhuma assinatura que confira ou que seja próxima àquela que está na PEC. Mais ainda: Assim requer o Deputado que o presente subscreve, que a Mesa Executiva adote procedimento cabível para o Deputado autor da PEC, no caso o Deputado Tadeu Veneri, explique quem é a pessoa ou o Deputado que após aquela assinatura. Isso aconteceu na quarta-feira.

Na mesma sequência desses acontecimentos, no dia 13, quinta-feira, na parte da manhã, quando já tínhamos conversado com alguns Deputados, aqui, tentado fazer um processo de lembrança, para sabermos e não continuarmos cometendo uma injustiça que vinha sendo cometida, o Deputado Romanelli requereu novamente à Mesa para que eu dissesse de quem era a assinatura, inclusive afirmando à tribuna. Tomei o cuidado para poder suscitar esse questionamento, para poder buscar o livro de autógrafos da assessoria da Mesa e conferi com mais de um Parlamentar as assinaturas que ali estão. Nenhuma delas é sequer similar, qualquer semelhança com a assinatura dos Srs. Parlamentares desta Casa e nem é identificável pelo livro de autógrafos.

Vejam, Srs. Deputados, que isso está nas notas taquigráficas. Seria possível que tivéssemos resolvido isso na terça-feira, à noite, se conseguíssemos identificar as assinaturas. Na sequência desse procedimento, foi solicitado - eu havia dito que faria isso - na segunda-feira, fizéssemos exame grafotécnico, afinal de contas tinha plena certeza que nenhum Deputado tinha feito assinatura sem saber o que estava fazendo, e mais ainda, que ninguém iria fazer uma assinatura sem que ela pudesse vir a ser identificada. Então, era simples. Aliás, foi uma sugestão feita pelo Deputado Belinati e pelo Deputado Cartário também, que também estão nas notas taquigráficas, que fizéssemos um exame grafotécnico.

Protocoliei esse pedido e para minha surpresa, no mesmo dia 17, recebi um despacho, aliás, no dia 18, da Mesa, solicitando que eu fizesse a identificação dessa assinatura em 24 horas, mesmo nós tendo dito que não tínhamos o livro de autógrafos, que não tínhamos o projeto original, o projeto original estava com a Mesa e a Mesa entendia, acho que de forma correta, que o livro de autógrafos deveria ficar sob a sua guarda. Foi inclusive pedido, já no dia seguinte, que fosse entregue e foi frito que não, que estava sob a guarda da Mesa, e entre outras coisas um despacho que foi feito ao Protocolo nº 9639, é obviamente o entendimento do Presidente, portanto não compete à Mesa Executiva a responsabilidade pelas assinaturas apostas, razão pela qual, antes de qualquer medida cabível, solicito ao Deputado Estadual que num prazo de 24 horas indique os nomes dos Parlamentares que subscreveram a PEC, bem como as respectivas assinaturas de cada um. Aí a história é mais ou menos conhecida, porque tivemos que confrontar aquela assinatura que tinha numa cópia - a mesma cópia que muitos Deputados têm, uma

cópia xerográfica - com as assinaturas de todos os Deputados em praticamente todos os Diários da Assembléia dos últimos 6 meses.

Felizmente isto foi feito e houve um entendimento que a assinatura tinha origem, tinha um Deputado que havia assinado, levei cerca de 50 assinaturas iguais ao Presidente, o Presidente na hora que olhou falou: “Não, esta assinatura é do Dr. Batista”, tanto que chamou o Dr. Batista e o Dr. Batista confirmou que a assinatura era dele. Aí, na sequência disto, acho que os senhores todos sabem que estamos com o processo em condições, ou estávamos com o processo em condições de ser encaminhado.

Mas o que me chamou a atenção, Srs. Deputados, é que num dado momento, o Deputado aqui falou: “Conhecerei a verdade e a verdade vos libertará”, Deputado Edgar Bueno, num dado momento o Deputado Romanelli sobe à tribuna e diz: “Antes tomei a cautela de procurar a assessoria da Mesa”, como eu já falei aqui, o Sr. Mauro, que é Mario, e lhe disse: “Eu gostaria de ver o livro de autógrafos que está na Mesa com as assinaturas e com as rubricas de cada um dos Parlamentares”. Conferimos tudo, fizemos por semelhança, tem alguém parecido? Não tem. Pode ser de fulano de tal, não sei quem é o fulano de tal, mas pode ser de fulano de tal? Chamo o fulano de tal: o senhor assinou isto aqui? “Não”. Não sei quem é o fulano de tal que foi chamado, mas os Deputados sabem, não assinou - antes de falar aqui sobre o tema fiz uma investigação para não incorrer em erro - então, eu não sei, Srs. Deputados, qual vai ser a continuidade, provavelmente a PEC deverá ser retornada ao autor, se não houver as assinaturas, e na sequência vamos discutir qual é o encaminhamento que temos que fazer.

Agora, realmente não tomo banho de água benta, como o Deputado Romanelli falou aqui. Não sou absolutamente melhor nem pior, Deputado Edgar Bueno, que nenhum dos Deputados, cometo erros e tenho buscado não cometê-los, inclusive tinha cometido um erro contra a sua pessoa - agora, sei também que somos frutos das nossas ações e o Deputado Péricles, no dia em que estávamos num debate de quase 3 horas, aqui, lembrou muito bem: esta é uma Casa embora muitas vezes não pareça, faz uma disputa de classes, e eu sei que apresentei o projeto das 30 horas aqui, já perdemos na legislatura passada e reapresentamos, e sei que tem uma posição forte de alguns setores para que este projeto possa vir a chegar a bom termo - sei que apresentamos projeto de assédio moral aqui e perdemos, que buscamos desde o início identificar os carros da Assembléia quando foi vendida a frota. Nós tínhamos os carros, Deputado Pugliesi, o senhor não estava na Casa na legislatura passada, mas o Deputado Dobrandino lembra e os carros eram identificados.

Sei que discutimos aqui temas que muitas vezes são polêmicos, como os jetons, pagamento de Sessões Extraordinárias, como aposentadoria, como divulgação de salários, como a regulamentação do artigo 234 da Constituição Estadual que determina que publiquemos todo mês de março a relação dos servidores que recebem

pelo estado. Sei que o nepotismo é um tema polêmico, embora não devesse ser tratado de forma passional, mas é um tema polêmico. Sei que temos outros projetos aqui que podem ser mais ou menos importantes ou não ter importância nenhuma a depender de quem olhe para eles. Sei que temos projetos sobre telefonia, sobre água, junto com o Deputado Cheida, que aliás será votado hoje. Temos uma discussão sobre economia solidária com meu companheiro Péricles. Assinei quase todas as CPIs, fui Sub-Relator na CPI passada da COPEL; estive junto com outros Deputados na CPI da Terra. Sei que hoje tem um projeto aqui para cassar a aposentadoria dos ex-Governadores, que é do Deputado Mauro Moraes, que está para ser votado e que é polêmico. Sei que tenho me manifestado contra os ataques que o Ministério Público vem sofrendo, como muitos Deputados.

Então, essa tem sido a caminhada. E isso não significa água benta, mas significa tomar partido, isso significa ter lado. E ter lado, às vezes, significa contraditar ou contradizer com algumas pessoas. Infelizmente, é o preço que pagamos!

Sei também que quando somos Oposição temos um comportamento, quando somos Situação, muitas vezes esse comportamento não é necessariamente o mesmo, mas é preciso que se tenha uma mesma linha! Eu ouvi aqui, de muitos Deputados, sobre o trator que existia, e acho que a maioria não pode ser considerada trator, porque é maioria e foi constituída para ser maioria, mas no Governo do ex-Governador Jaime Lerner qual era o grande questionamento? As comissões gerais, as situações que muitas vezes eram criadas em Sessões Extraordinárias, a falta de informações, nenhum Secretário de Estado veio durante os 8 anos pelo que eu ouvi, não estava aqui, nenhum veio a este espaço prestar contas. Mas não podemos, quando invertemos a lógica, passar a usar métodos muito semelhantes, eu sei disso porque o Governo Federal que hoje é do meu partido muitas vezes tem sido criticado por usar processos semelhantes.

Jean Paul Sartre disse que o homem é ele e suas consequências ou suas contradições e eu acho que sou um Deputado que tem muitas contradições, mas não tem má-fé, não tem má-fé!

Ouvi também, algumas vezes, alguns comentários, acho que o comentário é natural, é livre, que teria vindo do nosso gabinete a falsificação da assinatura ou que eu mesmo teria feito essa assinatura para completar as 18. Hoje mesmo me falaram que numa emissora de televisão, no interior do estado disse que não, que eu havia criado toda essa situação e agora jogava nas costas de um único Deputado. Ora, esse maniqueísmo, essa tendência a ter o bom e o mau como se fossem algo absolutamente separados, não funciona na sociedade moderna! Temos um lado mais positivo e temos também um lado negativo, e fazer escolhas, fazer opções, significa isso!

Quando apoiamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, desde 95, quando era Vereador, isso tem consequências, não tenho a menor dúvida que tem

consequências! Como teve consequências a CPI da Terra, como teve consequências a CPI da COPEL, como teve consequências o debate que fizemos sobre o nepotismo no ano passado. E aí quero deixar claro, mais uma vez, que não há e nunca houve, seria uma insanidade pensar que os projetos são dirigidos à esta ou àquela pessoa. A sociedade não se move assim. Daqui a 10, 15, 20 anos, Deputado Stephanes, talvez os nossos netos olhem para alguns debates que fazemos, aqui, que é próprio da democracia, e que fiquem pensando: “Mas, vocês debatiam isso. Isso não era ultrapassado?” Fico imaginando como seria um debate como esse que fizemos aqui, num Parlamento de um país europeu, como seria esse debate no Brasil de 100 anos atrás. Seriam situações completamente diferentes. Provavelmente há 100, 150 anos atrás, o Brasil que vivia num período colonial e o Brasil que vivia num período escravocrata acharia natural que o senhor do engenho comprasse peças, gente, e tratasse essa gente como objeto, e os seus familiares, como sendo os eleitos por Deus. Como se estivéssemos no reinado. Hoje se vê como um absurdo você ter pessoas compradas. E provavelmente daqui há 10, 20, 30 ou 50 anos vai se ver como coisa absolutamente fora do normal um debate como esse.

Então, ao seu tempo, o debate será ajustado. Mas ele tem que ser feito. Sei que muitas vezes ele pode ser contraditório e contrariar algumas situações, mas ele tem que ser feito. Se não nos dermos o direito e a obrigação de fazermos determinados debates dentro deste espaço, dentro desta Casa de Leis, eu não sei onde ele será feito, porque aqui, muitos, não todos, mas muitos lutaram para que pudéssemos ter o direito de falar o que estou falando hoje. Muitos lutaram, muitos ficaram no caminho para que pudéssemos chegar e usar a tribuna e falar livremente o que estou falando hoje. Acho que assim como muitos fizeram um caminho aqui, Deputado Pugliesi - e o senhor participou dessa caminhada, que num determinado momento o bom senso recomendava que não fizesse - mas aqueles que não silenciaram fizeram essa caminhada, mesmo quando alguns achavam que os Generais não eram ditadores, eram Presidentes eleitos, que a maioria achava que as coisas estavam boas e que não podíamos, Deputado Dobrandino, nos por contra aquilo, alguns entenderam que deveriam, sim, manter a sua coerência e ser aquilo que se propuseram a ser, fazer o seu caminho. Pois tenho feito isso. Não sou, volto a afirmar Deputado Pedro Ivo, e o senhor me conhece desde 1991, 1992, não sou melhor, absolutamente, que nenhum Deputado; não sou pior, mas não sou melhor que nenhum Deputado, mas tenho as minhas convicções e vou lutar por elas. Agora, quero crer que este assunto está bastante claro para nós.

Volto a insistir que não houve má-fé de ninguém, é preciso que se diga. Houve, sim, movimento involuntário de algumas pessoas que pagaram, sofreram por isso também, mas involuntário. Não houve má-fé de ninguém, mesmo daqueles que porventura tenham sido mais duros

e acusados, não acho que é má-fé. E acho que nós, como Deputados, um Deputado na segunda-feira falou: “Era preciso que amadurecêssemos, era preciso que eu aprendesse mais.” Sem dúvida nenhuma eu amadureço, aprendo mais e digo que entre as coisas que eu aprendo mais é confiar menos. Acho que esse é um aprendizado que se faz, aqueles que me conhecem aqui sabem que eu jamais falei qualquer coisa que depois desdisse, porque acho que somos, como falei anteriormente, nós e as nossas contradições, mas não podemos negar a nossa história, não podemos negar a nossa coerência, não podemos fazer uma caminhada em zig-zag que, conforme a conveniência, se alinha pontualmente. É lógico que a política, Deputado Cartário, não é uma linha reta e sabemos disso, mas dentro daquilo que todos buscam fazer, que é ter uma contribuição para termos uma cidade, um estado e um país melhor, sem dúvida nenhuma a política é um espaço de mediação. Esse espaço de mediação Deputado Péricles, como Karl Marx, o senhor lembrou bem a ideologia alemã, coloca; “É espaço de mediação entre classes”. Isso ficou extremamente evidente. Há uma disputa de classes, sim. Essa disputa de classes vai se dar durante todo o tempo que pudermos estar aqui.

Concedo aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

#### **O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido)**

V. Exa. não precisaria ocupar a tribuna, porque todos nós sabemos das sua atuação e que a responsabilidade não existe.

Agora, o que precisamos saber de V. Exa., nós que assinamos, subscrevemos esse documento; qual o projeto, na sequência que V. Exa. vai convencer o partido mais democrático do Brasil, que é o PT, a assinar? Isso nós queríamos saber, pois caso contrário, vamos ter que procurar outras formas, porque V. Exa. como ex-Líder da Bancada do PT, gostaria de saber se V. Exa. vai convencê-los a assinar.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Meu partido tem uma posição, tem dito isso em nível nacional, mas os Deputados são, antes de qualquer coisa, autônomos e têm uma compreensão dentro do seu mandato.

Desde o início, os Deputados do partido tinham feito essa afirmação que entendiam que havia outro momento. Havia dito desde o início, que se houvesse 18 assinaturas, de apresentar assinatura.

O que vai acontecer à frente, Deputado Cartário, o senhor que faz parte da Oposição, pode inclusive ajudar a buscar essas assinaturas se assim entender. Mas, não tem que ser do PT.

Por que não tem que ser do PT? Porque essa não pode ser uma responsabilidade que caía sobre um partido, até porque em nenhum momento o PT procurou tirar a assinatura de ninguém. Nem o Deputado Elton Welter, nem o Deputado Péricles, nem o Professor Luizão, nem a Deputada Luciana, nenhum dos Deputados fez qualquer



tipo de manifestação, para que houvesse, ou a posição ou a retirada das assinaturas.

Isso tem que ficar muito claro, porque senão amanhã vai ficar uma história muito parecida com o que nós vimos há um ano, quando o senhor estava aqui e lembra, que faltaram 4 votos. Ah, os 4 votos do PT. Não, faltaram os 4 votos, porque Deputados que estavam aqui, inclusive eram de outros partidos não quiseram votar.

#### **O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido) (Aparte)**

Só queria dizer, Deputado Tadeu Veneri, que os Deputados da Oposição também têm pai, mãe, sobrinhos, primos e não pode ser jogado esse pedido só para os Deputados da Oposição.

Então, é uma questão de consciência e logicamente que V. Exa. tão bem divulgou esse projeto que hoje a população e a imprensa vão querer uma resposta, porque caso contrário há uma expectativa que se criou de que não se trocará um bom funcionário, um bom profissional por um parente de um Prefeito, ou de um Governador, ou de um Deputado, em troca de acertos políticos.

V. Exa. levantou uma bandeira. Se ela for muito pesada, passe essa bandeira para um outro Parlamentar para que consiga, pelo menos, uma resposta mais plausível, visto que o caso de Maringá, aliás, Dr. Batista nos surpreende, mas não temos autoridade nenhuma para questionar.

Muito obrigado.

#### **O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)**

Acho, Deputado Tadeu, que temos que diferenciar duas questões importantíssimas que estão ocorrendo nesta Casa. O senhor está falando na tribuna sobre o fato da assinatura do Dr. Batista, que é um fato grave e importante. A questão da emenda do nepotismo vamos ter muito tempo para discutir e eu vou debater sobre ela. Agora, queria me solidarizar com o senhor porque houve duas vítimas nesse processo mais grave: o senhor e o Deputado Edgar Bueno. O Deputado Edgar Bueno foi uma vítima de uma falha de encaminhamento, mas sofreu consequências duras por isso. Agora, o senhor foi vítima de má vontade, de preconceito e eu me lembro que eu defendi a sua postura, posso discordar de algumas posturas políticas suas, mas sei a pessoa que o senhor é, da sua honestidade, sua seriedade, o senhor faz as coisas que acredita e o senhor foi atacado na sua honra. Estabeleceu-se uma nuvem de suspensão na Casa como se o senhor tivesse sido o culpado de tudo e falsificado uma assinatura. Isso é importante.

Acho que todos os Deputados devem fazer uma análise de consciência do debate que se travou aqui de uma absoluta má vontade com a pessoa do Deputado Tadeu Veneri. Não é possível, porque eu vi a assinatura do Dr. Batista, só não estava escrito Batista, mas era igual a todas as assinaturas que ele fez em todos os documentos. Como é que a assinatura não foi reconhecida? Essa questão tem que ficar na consciência de cada um de nós,

porque isso agravou a situação do Deputado Edgar Bueno que foi mais massacrado ainda e agravou a sua situação. E o senhor discorreu com muita propriedade sobre todos os fatos, todos os discursos e todas as posições que aconteceram nesta Casa em cima dessa assinatura. Felizmente, pelo seu esforço, se chegou a uma solução transparente para o conjunto da comunidade paranaense.

Quero manifestar a minha solidariedade pessoal ao senhor e também ao Deputado Edgar Bueno, que sofreu as consequências. Entendo que o Deputado Batista pode ter assinado sem perceber exatamente o que estava assinando, mas jamais qualquer um de nós pode achar que o senhor induziu o Deputado Batista. Isso não aconteceu. O Deputado pode ter assinado no afogadilho como nós assinamos, mas jamais e acho que o Deputado Batista não fez isso, de levantar qualquer tipo de suspeição, porque eu sei a forma que o senhor chegou a mim para pedir assinatura, sempre de forma transparente, dizendo: “É tal e tal projeto. Quer assinar ou não?”

Meu depoimento é em sua solidariedade para que todos nós falamos um exame de consciência pelo processo que aconteceu aqui e sobre a questão do nepotismo vou falar na Liderança do PT, daqui a pouco.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Mesa pretende esclarecer como sempre tem feito, procurado fazer, agir com a maior rapidez, a maior transparência possível. Quero apenas, para completar o que o Deputado Péricles deixou bem claro, que infelizmente, Deputado Péricles, o livro de assinaturas não confere com o autógrafo do Dr. Batista. Não parece realmente que é a assinatura do Dr. Batista, senão a Mesa já teria dito que essa assinatura é do Dr. Batista. E esse livro está à disposição de qualquer um de V. Exas. No livro a assinatura não parece.

Quero realmente me solidarizar com todos aqueles que estiveram envolvidos nesse episódio desagradável. A começar pelo Deputado Edgar Bueno, por V. Exa. e também pelo Deputado Dr. Batista, que assinou, conforme declaração dele mesmo, desconhecendo de que assunto se tratava. A Mesa se reserva o direito de agir da maneira mais equilibrada e mais correta possível. A partir do momento que sai no jornal, se publica na imprensa que o Deputado Edgar Bueno é um dos signatários e ele não o é, tentamos descobrir de quem era aquela assinatura, inclusive junto com V. Exa., e V. Exa. não se recorda de quem foi. Ora! Aí claro que se envolve! A Mesa, não tem responsabilidade de identificar às assinaturas, é daquele que as colhe! Eu mesmo disse e eu sei, todos os requerimentos que eu vou buscar, quem são aqueles signatários do requerimento. O tempo se encarregou, porque o requerimento iniciou-se em fevereiro e assim foi, e as assinaturas mal postas, mal colocadas, não identificadas, Houve quem assinou duas vezes e depois retirou para assinar de novo.

Então, é um imbróglio. Não compete à Mesa, com toda franqueza, identificar uma ou outra assinatura. Nos procuramos, agora, sim, depois de passado este episódio, tratar de algumas questões para que isto não se repita. Mas lamentamos que fatos como este tenham ocorrido, e em momento algum a Mesa levantou suspeitas de que V. Exa. tivesse falsificado ou coisa parecida.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB) **(Pela Ordem)**

Quero um esclarecimento, Sr. Presidente. Queria perguntar em que momento - porque entendo que no Regimento Interno está dúbio - em que momento, a partir do protocolo, pode o Parlamentar retirar a assinatura?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A qualquer momento.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB) **(Pela Ordem)**

Então, significa que numa CPI, por exemplo, a partir do momento ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Depois de instalada, aí, sim.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB) **(Pela Ordem)**

Então, é a partir da instalação?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro, claro, claro.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB) **(Pela Ordem)**

Se fosse tão claro, eu não teria perguntado. Quer dizer que a partir do momento em que está protocolado ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Uma vez instalada a CPI, uma vez iniciado o processo, ele já iniciou, não tem como.

Agradeço ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) **(Pela Ordem)**

Realmente, a Mesa não tem culpa nenhuma do episódio. Eu acompanhei a ponderação e sua sobriedade até diante de situações constrangedoras que passaram. Mas, houve Deputados que pediram até a cassação de mandato do Deputado Tadeu Veneri, dizendo que era falsidade ideológica, dizendo que era mau caratismo. Acho que o Deputado Romanelli deve desculpas a ele.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, eu não quero fazer uso do horário do bloco, mas talvez nem se aplique a questão de ordem.

Só quero que se registre nas notas taquigráficas que as palavras do Deputado Péricles sejam minhas palavras. Completo apoio às colocações feitas pelo Deputado Péricles com relação ao episódio da assinatura fantasma.

Muito obrigada.

O SR. MAURO MORAES (PMDB) **(Pela Ordem)**

A Deputada Rosane falou que endossa as palavras do Deputado Péricles. Eu já não endosso totalmente quando ele falou que todos os Deputados - todos, está nas notas taquigráficas - deveriam fazer um verdadeiro exame de consciência. Não são todos os Deputados nesta Casa que fizeram críticas ao Deputado Tadeu, não. Então, não são todos. Eu discordo neste aspecto. Alguns Deputados que foram à tribuna, alguns, fizeram críticas, não são todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Marcelo Rangel. V. Exa. tem 10 minutos.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna para falar justamente sobre este assunto, também. Vou falar sobre a fogueira, a fogueira da Assembléia Legislativa.

**(Lê):**

“Aprendi, ao longo dos meus estudos como cidadão, diferenciar o que é público e o que é do Governo. Público é tudo aquilo que pertence ao povo. Governo: gestão exercida por aqueles que detém um mandato. Este mandato é efêmero e passageiro.

Portanto, o Governo passa e o povo permanece.

Quando fomos eleitos Deputados, experientes ou não, fomos delegados pelo povo como seus representantes, e a nossa obrigação, aqui, é a de representar nossa gente. Cada um tem o seu compromisso com os interesses públicos. Casa um age, conforme aquilo que lhe foi delegado. E aí daquele que trai o povo para servir outros senhores. O povo será implacável!” Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vi aqui verdadeiros linchamentos, na semana passada, por causa de um equívoco, de um erro. Arderam na fogueira desta Casa o Deputado Edgar Bueno, o Deputado Tadeu Veneri, e vai arder na fogueira o Deputado Dr. Batista.

O documento do nepotismo que eu assinei e outros 17 Deputados assinaram, também vai arder na fogueira.

Imagino, diante da minha inexperiência, aliás inexperiência tão decantada, pois deve ser muito decepcionante ser eleito pelo povo e ter que adentrar nesta Casa e não poder exercer essa delegação pública, deve ser terrível demais ser Deputado e ser pressionado todos os dias, trabalhar seguindo ordens. Deve ser horrível!

Ter a liberdade cerceada, deve ser algo terrível mesmo! Pior que isso é ficar à mercê da faca afiada do Governo, ter que ceder, diante de um pseudo-Comandante e do Rei.

Li nesse final de semana o pronunciamento de um político dizendo que um Deputado da base governista, que nem sempre vota com o Governo, seria como um funcionário que não acata a decisão de seu patrão.

Que espécie de patrão manda no Deputado? Não consigo entender! Ou será que minha inexperiência é tanta que as coisas por aqui são diferentes?

Indiquem-me: quem é esse patrão? Quem é o patrão de um Deputado? É o Presidente da Assembléia Legislativa? É o Presidente do partido que ele representa? Ou será que o patrão do Deputado é o Líder do Governo, que faz sinal para levantar ou para abaixar? Ou será que o patrão é o Sr. Governador do Estado do Paraná?

Eu não tenho outro patrão que não seja o povo, que me delegou o direito de representar. Não estou aqui sob o cadafalso. Não me julgo a nenhum carrasco e não admito ser intimidado por ninguém.

Imaginem, eu legislador do povo, ser orientado por este ou aquele com a ordem: “Tire! Tire a sua assinatura, porque o chefe não gostou.” Ou então: “Assine esse documento, porque o homem está precisando lá. Assine, já! Agora!”

É assim que funciona? Que espécie de Parlamentar é esse? A que interesse, senão dos eleitores, devemos servir?

Definitivamente não entendo. Existe uma frase que é muito interessante, fala assim: “Alegrai ao faraó, porque dele vem o vinho e a uva.” Pode ser, mas não se esqueçam que do povo vem o julgamento!

Estou aprendendo a admirar alguns Deputados aqui da Assembléia Legislativa que se posicionam com personalidade. Representam, aqui, a liberdade de atuação, como é o caso do Deputado Strapasson, como é o caso do Deputado Stephanes Júnior. Sinto que alguns Parlamentares estão incômodos em seus partidos e são perseguidos por terem opinião formada, mas eu lhes aceno com a possibilidade do exercício da democracia plena e gostaria de deixar registrado, aqui, que o PPS está de portas abertas para os Srs. Deputados de caráter.

Para encerrar, quero dizer que os meus princípios me ensinaram e me ensinam, todos os dias, que o fim de um ciclo político começa pela desnutrição interna da aristocracia palaciana e está acabando essa aristocracia: lá do outro lado da rua está derrubando tudo! Eu começo a ver que tudo isso está ocorrendo no estado do Paraná.

Alguns me classificam como rebelde, mas rebelde também é a voz popular. Outros até falam sobre ovelha negra, enfim, os rebeldes, a história vai lembrar sempre e é isso que basta ao povo que represento. Era isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Plauto Miró.

## ***Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Governador Roberto Requião, na sua história política, é marcado por posições antagônicas, mas, agora, ele vai ficar marcado por uma iniciativa utópica. Ele está criando uma fantasia na sua cabeça que vai trazer um sério prejuízo para nossa empresa de energia elétrica do estado do Paraná, a COPEL. Como dizia Roberto Requião, num passado próximo: “A COPEL é nossa!” E defendia essa empresa com unhas e dentes. Não dá para acreditar! Uma empresa que, há décadas, foi criada para que o estado do Paraná pudesse ter a sua empresa de geração de energia elétrica, distribuição, transmissão e venda. Uma empresa que fez história no estado do Paraná pela qualificação dos seus funcionários; fez história pelas grandes usinas hidrelétricas que foram feitas nos rios do nosso estado do Paraná e que tornou a COPEL um exemplo para o Brasil e até mesmo para o mundo. Agora, depois de uma ampla discussão sobre a “COPEL é nossa”, nós vemos aquele que levantou a bandeira vir, neste momento, utilizar essa empresa, exemplo de geração de energia, para que com o dinheiro dela, gerado pelo pagamento da tarifa de energia elétrica dos paranaenses, ele venha a usá-la para constituir com os seus recursos, com a sua história, com o seu dinheiro, uma empresa para que possa ele concorrer ao processo licitatório de privatização de rodovias que, hoje, é da união, no nosso Brasil.

Não dá para acreditar que um homem como o Governador venha utilizar-se da empresa para cobrar pedágio, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É isso que ele quer. Ele não conseguiu baixar o preço das tarifas de pedágio, no estado do Paraná, e não conseguiu acabar com o pedágio, com aquela frase: “Ou o pedágio baixa ou acaba no meu primeiro dia de Governo!” Nem um, nem outro e, agora, ele quer cobrar o pedágio dos brasileiros e dos paranaenses. Não dá para acreditar! Enquanto a saúde pública grita por falta de recursos; enquanto a educação necessita de mais investimentos; enquanto a segurança pública tem suas necessidades de investimento, estamos vendo o Governador do Estado querer participar de um processo licitatório que vai ter que investir 9,6 bilhões de reais em 25 anos.

Se analisarmos, Deputados da nossa Assembléia Legislativa, o orçamento de educação este ano é de 2,5 bilhões; o orçamento de saúde 2 bilhões, da segurança pública 1,2 bilhões. E, sabemos que isso não é o suficiente para fazer frente às necessidades do nosso estado do Paraná. Faltam mais recursos para essas áreas e não dá para acreditar nesse momento, o Governador com essa idéia fixa de aprovar um projeto de lei, nesta Casa, mudando a função, a vocação da COPEL, para uma empresa para cobrar pedágio. Sabemos que vários pedidos, várias autorizações já foram aprovadas na Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, pedindo autorização para que novas usinas hidrelétricas possam ser construídas no nosso estado. E o Governo não vem autorizando. Sabemos que a precariedade, a falta de energia está próxima, e dentro do nosso próprio estado, dentro do país que hoje é um sistema todo integrado de venda de energia, sabemos que corremos o risco de em um curto espaço de tempo termos falta de energia elétrica no nosso país e no nosso estado.

Não acredito que o Governador esteja numa linha correta. Vou votar contra a criação dessas empresas, contra essa vontade do Governo de votar a nossa empresa geradora de energia elétrica, distribuidora, que tem a transmissão de energia elétrica para fazer parte de uma licitação e tornar-se uma concessionária de cobrança de pedágio no estado do Paraná. É esta a minha posição, sou a favor do investimento na saúde, na educação e na segurança. Agora, não posso aceitar o estado querendo utilizar o dinheiro público para direcionar para a compra e naturalmente a participação de concessões que estão por aí serem colocadas no nosso país. Deputado Elio Rusch, concedo o aparte.

#### **O Sr. Elio Rusch (Democratas)**

Deputado Plauto Miró, na semana passada apresentamos um requerimento, pedido de informações ao Governo do Estado, perguntando qual o valor que o Governo do Estado já tem gastado esse ano com recursos próprios, recursos orçamentários, na construção dos hospitais públicos no estado do Paraná. Excluídos os convênios que o Governo faz com os municípios e também os convênios do Governo Estadual com o Governo Federal, porque o caos na saúde é geral, mas de forma especial no estado. E V. Exa., Deputado Plauto, sempre foi defensor dos investimentos da saúde no seu município. Lembrome muito bem no Governo passado, as lutas que V. Exa. fez em defesa da instalação do curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa, na Universidade Estadual, que foi criado no Governo passado, acho que em 2000 ou 2001, que já estava oficializado o curso de Medicina em Ponta Grossa. O Governo cortou o curso em sua cidade. Quero ver qual a resposta que o Governo do Estado vai dar para a Assembléia Legislativa em relação aos investimentos na saúde pública.

Deputado Plauto, como muito bem escreveram as associações da COPEL, se o estado estivesse com a situação da saúde pública em dia, se não tivéssemos problemas na área social, com a segurança pública, com a educação em termos gerais, aí tudo bem, a COPEL até poderia de repente partir para outro entendimento, desde que consultados os seus acionistas. Isso vamos discutir depois, na constitucionalidade do projeto. Agora, é lamentável que o Governo do Estado vá retirar dos cofres públicos, porque a COPEL é uma empresa pública, R\$ 9 bilhões e 600 milhões para serem investidos ao longo de 25 anos, quando na verdade esse valor poderia ser investido, pela iniciativa privada, porque o preço mínimo e o máximo estão fixados no edital. Não pode fazer menos e nem mais.

Por que o Governo quer participar? Para mim é mais um desses factóides, dessas coisas que o Governador do Estado do Paraná gosta de aprontar, jogando muito mais para a mídia do que para o estado do Paraná. Lamentavelmente, os investimentos saem do estado do Paraná. São Paulo e Santa Catarina agradecem.

Por essa razão, eu já disse o seguinte: para quem gosta de encrenca, o Paraná é um prato cheio!

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)**

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não concordo.

A função e a vocação da COPEL é gerar energia elétrica. Não é justo que o dinheiro arrecadado pela COPEL, que deve ser destinado à geração de mais energia, venha a ser usado para montar praças de pedágios e para cobrar pedágio dos brasileiros e também dos paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

PP.

(Declina)

PT.

No horário do PT, concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

### ***Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello***

#### **O SR. PÉRICLES DE MELLO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, disponho de apenas 10 minutos, para falar. Gostaria de falar sobre 2 assuntos: o nepotismo e sobre a lei que votaremos, hoje, de a COPEL participar, em parceria pública e privada, da disputa licitatória pelo pedágio no Paraná.

Quero falar rapidamente sobre uma primeira questão. Quando falei da ideologia, sobre o assunto de moral, honra e assim por diante, nesse livro famoso, onde Karl Marx diz com todas as letras, que a ideologia dominante é a da classe dominante. Todos os valores morais, inclusive éticos de uma sociedade, os valores dominantes na ética e na moral, são os valores da classe que teve o poder econômico naquela formação social. Acho que por mais que o Marx possa ser criticado, em vários assuntos, esse é um pensamento muito atual. Sartre dizia que Marx é o pensamento insuperável do nosso tempo, da nossa época. É claro que é um pensamento contraditório, mas devemos avaliar muito bem isso, quando, hoje, dá-se 4 páginas nos principais jornais do país, para atacar Renan Calheiros e um oitavo de página para discutir a reforma política. Marx dizia que a corrupção é da essência do sistema capitalista, ou seja, a corrupção no público é derivada da essência desigual, da exploração do homem pelo homem, porque está nas profundidades sociais do capitalismo.

Da minha geração está, aqui, um grande lutador da transformação social, Vitório, casualmente, neste

momento, que respeito muito, foi Secretário do PT, exilado político. Foi o primeiro exilado que vi e apertei a mão, quando eu era estudante de Engenharia, quando fui recebê-lo no aeroporto.

Vivemos em um momento, em que toda a tentativa de diminuir essencialmente a corrupção é desprezada pela mídia, porque a reforma política, só vai deixar de existir a corrupção no Brasil, no dia que houver financiamento público da campanha, porque é uma desigualdade da sociedade. As pessoas ricas têm dinheiro à vontade para fazer eleição e os pobres nada têm. É só o financiamento público que nivela o público às diferenças sociais, na luta política, que é essencial de cada sociedade. Isso, ninguém fala.

A Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo atacaram o financiamento público e deram 3 linhas, quando se falou em reforma política, mas, a geração que eu e o Vitório pertencemos na nossa juventude dizia: “A corrupção é derivada da desigualdade e da concentração de renda.” Hoje, o mundo burguês domina, se deslocou completamente o processo da corrupção, do processo de base constituinte dela, que é a desigualdade dos homens, a concentração da terra e da riqueza em poucas mãos.

Nós, do PT, se somos um partido de transformação, temos que ter muito claro isto em nossas atitudes e nossas ações políticas, não desvincular o processo da desigualdade social entre os homens do processo de corrupção que é uma derivação desse processo mais profundo da desigualdade social.

Com relação ao nepotismo, eu assinei a carta do PT, todo mandatário petista pela carta...

**(ininteligível)...**

básica é proibido nomear parente até o 3º grau. Sofri muito por isto, porque nomeei uma prima, Deputado Luizão, e prima é parente de 4º grau, pelo Código Brasileiro, nomeei uma prima Secretária da Cultura, e um jornalista do Jornal Estado me ligou, depois que eu acabei de falar com o meu advogado, e eu disse a ele: olha, prima é parente em 4º grau, por isto não estou traindo nem a Carta...

**(ininteligível)**

...básica do partido. No outro dia ele estampou nos jornais: “Para Prefeito do PT, primo não é parente”, e o Sr. J. Ventura, ídolo da minha geração e da luta, Vitório, publicou uma carta na revista Época que eu era pior que os Coronéis do nordeste, mais cínico ao dizer isto. A revista Veja pelo menos publicou a minha resposta. O J. Ventura, mandei por e-mail uma correspondência para ele, eu acho que nem leu, mas se leu fez de conta que não leu, uma pessoa que eu sempre idolatrei, que escreveu livros importantes.

Eu não assinei e não vou assinar a emenda do Tadeu Veneri por 2 motivos: primeiro, acho que esta lei é inconstitucional, não tem nenhuma base constitucional com a lei do nepotismo estadual. Tem que ter uma lei federal, porque trata-se de cargos de livre nomeação. Eu

li um teórico, um intelectual dizendo que o cargo de nomeação é espécie, o nepotismo é o gênero.

Um Deputado ou um Governador quando nomeia um Secretário, nomeia da sua livre nomeação, sem concurso público, a pessoa que ele confia, que vai governar com ele. Um Secretário nomeado pelo Governador é um cargo público, todas as suas atitudes são públicas, todos os seus atos, e eu sei que se esta lei for aprovada, o nosso Governador tem uma postura clara a este respeito, ele vai entrar com uma ação por inconstitucionalidade e vai ganhar, como vários Prefeitos já ganharam no Brasil. Então, este é o primeiro motivo.

Segundo motivo: eu falei dentro do PT, eu faço uma emenda contra o nepotismo, desde que tenha um comitê na Assembléia que julgue os parentes nomeados do Governador. Se o Governador nomear para Secretário uma pessoa que tem militância política, tem competência, tem história, esse conselho deve aprovar. Eu, por exemplo, acho um absurdo impedir o Sr. Maurício Requião de ser Secretário da Educação no Paraná, acho um equívoco! E a filosofia que defendi e estudei, com certa profundidade, fala uma coisa muito bonita: a relação entre o universal e o singular. Sempre que você é um principista você corre o risco de ser autoritário, porque o universal asfixia o singular. Temos o exemplo do stalinismo - o coletivo é superior ao indivíduo - certo, mas o coletivo não pode asfixiar o indivíduo. No stalinismo, para assassinar os líderes bolcheviques, eles se davam o direito de pegar telefone, abrir correspondência, grampear telefone, ou seja, o princípio coletivista asfixiando o princípio individual. Todo princípio tem que ter uma relação com o singular. O maior de todos os princípios - não matar - é um princípio. Quando uma pessoa mata alguém, tem que ser julgado no singular. Tem júri que absolve alguém que matou por legítima defesa, por exemplo.

Então, o princípio não matar, só expressa sua verdade quando ele se relaciona com a singularidade do ato. Assim também eu entendo que é o nepotismo, um princípio geral. Um Deputado nomear mulher para aumentar a sua renda, que nem vem trabalhar aqui, isto é uma coisa criminosa. Nomear um filho de menor idade, que vai aumentar a sua renda, é nepotismo. Agora, um Governador nomear o Maurício Requião para Secretário da Educação, para mim não é nepotismo, porque ele é um militante histórico, é um grande Secretário, e é uma perda para o Paraná que ele deixe de ser Secretário, é um exemplo. Como eu tenho caso, inclusive na minha família, quando eu nomeei...

**(ininteligível)**

... esta lei, mas que eu podia nomear muito bem.

Esses dias a Gazeta do Povo me colocou como nepotista, porque minha irmã que vai lançar um livro em Ponta Grossa - O integralismo dos Campos Gerais - que é Doutora em História, especialista em Pedagogia, tem vários diplomas, foi Chefe de Departamento, tem toda uma carreira de militância política, é Chefe do Núcleo de Educação, que todos gostam dela, eu virei nepotista, e

porque uma prima em 2º grau, que não tem nada a ver com a minha postura, a Flávia, é advogada, nem falou comigo, eu sou nepotista porque tenho a Flávia aqui trabalhando no estado e tenho a minha irmã como Chefe do Núcleo de Educação.

Então, temos que ter muito cuidado. Acho que não é a agenda política correta neste momento apresentar esta emenda, não serve à luta social no Paraná, na minha opinião. Serve só a setores mais da Direita, que já fizeram muito nepotismo, mas que hoje têm a única intenção de atacar, particularmente, a figura do Governador.

Essa lei já foi rejeitada pela Assembléia passada, se for aprovada pode dar um desgaste, mas o Governador vai entrar com uma ação por ela ser inconstitucional. Então, por esses motivos, acho que não é a nossa agenda, é um erro político apresentar essa emenda! A política tem tática, tem estratégia, tem momento, a não ser o principismo genérico do qual não faço parte porque respeito muito a relação entre o singular e o universal.

Só para concluir, Sr. Presidente, dando um exemplo da poesia, para ficar mais fácil entender essa relação: quando o jovem que não é poeta começa a escrever ele fica só no singular, então a moça começa lá falando que ama o namorado que a deixou. Ela não consegue tirar da sua experiência singular aquilo. Agora, uma pessoa que conhece toda a teoria literária vai fazer uma poesia, ela fala, na verdade, uma teoria, ninguém assume aquilo no seu eu, no seu íntimo, então é poesia ruim. Isso é relação entre singular e universal, aquilo que é geral para todos e aquilo que toca a cada um de nós. Quando você realiza o encontro entre o princípio geral e aquilo que é da existência particular de cada um, você realiza aquilo que é belo na arte e aquilo que é verdadeiro na política e na luta da transformação da sociedade.

Obrigado.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para fazer um registro, eu não quis interromper o Deputado Péricles, mas apenas registrar que foi justamente o que embasou esse debate: que o Rio Grande do Sul já aprovou, há 7 anos atrás, na sua Constituição Estadual, PEC exatamente igual a que apresentamos aqui. Foi questionada no STF e o questionamento não teve ganho de causa, ou seja, entendeu o STF que não precisa lei federal para que o estado apresente leis estaduais, assim como há em outros municípios, eles têm tido também ganho de causa.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra no horário do PMDB, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida***

#### O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Um convite feito aos Srs. Deputados pela Comissão de Meio Ambiente: amanhã, às 10h, neste plenário, o Dr. Michael Stephen, membro do Comitê do Meio Ambiente do Parlamento do Reino Unido e Coordenador Geral da Associação Mundial dos Cientistas Especializados em Plásticos Oxibiodegradáveis, tido como a maior autoridade mundial no assunto, vai estar aqui dando uma palestra de cerca de 40 minutos sobre a questão dos plásticos oxibiodegradáveis.

É uma promoção da Comissão de Meio Ambiente e também da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Além dele vai estar presente também o especialista em polímeros e plásticos oxibiodegradáveis, o Sr. Telmo Ogeda. O objetivo do evento, é claro, é explicar à comunidade a tecnologia e tentar diminuir a polêmica sobre as sacolas oxibiodegradáveis. Em especial, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão de Ecologia quer colaborar para o enriquecimento desse debate que, a meu ver, está apenas começando.

Gostaria de convidar todos os Deputados, em especial os membros da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, os autores dos projetos de lei correlatos, Deputado Stephanes Júnior, Deputado Caíto Quintana, Deputada Rosane Ferreira, apesar de ter retirado a sua proposta, o Deputado Edgar Bueno que comandou essa discussão na Comissão de Indústria e Comércio e toda a Comissão de Indústria e Comércio.

Amanhã às 10h, é um inglês, haverá tradução simultânea, nosso cerimonial já providencia e eu peço a todos os Deputados que puderem que estejam presentes.

O segundo assunto, já mencionado pelo Deputado Tadeu Veneri, é que hoje entra em pauta um projeto de autoria da Deputada Rosane Ferreira e de minha autoria, reduzindo o consumo, fazendo o reaproveitamento e a conscientização quanto a questão da água no estado do Paraná.

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, falo em meu nome e, por gentileza do Deputado Waldyr Pugliesi em nome da Bancada do PMDB.

Mais uma vez o Paraná se destaca no setor agropecuário e enche de orgulho a todos nós paranaenses.

Quero cumprimentar toda a direção e funcionários do Instituto Agronômico do Paraná, empresa da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, pelo prêmio que recebe nesta terça-feira em Brasília como órgão de pesquisa estadual com o maior número de cultivares protegidas nos últimos 10 anos.

O prêmio será entregue em cerimônia oficial pelo Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, e foi conferido pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares.

O IAPAR comemorou 35 anos no último dia 29 de junho. Foram 35 anos de inestimável contribuição à agricultura e pecuária do Paraná, do Brasil e, inclusive, em vários países. Neste período, desenvolveu nada menos que 136 novas variedades adaptadas ao clima, ao solo e

às condições locais e regionais dos agricultores paranaenses, dos quais 85% são pequenos agricultores familiares.

Além de variedades, também contribui com equipamentos, processos e sistemas de cultivo ambientalmente sustentáveis a exemplo de equipamentos para pequenas propriedades, plantio direto, sistemas de produção orgânicos, manejo e conservação de solos ou controles biológicos de pragas e doenças. E mais: sua equipe tem se destacado em inúmeros estudos e metodologias para implantação de projetos de desenvolvimento regionais.

Passando à frente de outras 16 instituições de pesquisas estaduais brasileiras, o IAPAR desenvolveu e protegeu 5 cultivares de trigo; 5 de feijão; 3 de algodão; uma de café e uma de aveia no período de 10 anos.

A proteção de cultivares, senhoras e senhores, significa reconhecimento da autoria intelectual de seus desenvolvedores; retorno financeiro à instituição por meio de royalties e, sobretudo, o compromisso da pesquisa pública para que nossos agricultores tenham acesso democrático às sementes geneticamente melhoradas e adaptadas às suas condições de cultivo.

Assim, a proteção destes materiais têm permitido ao IAPAR reinvestir na continuidade de seus programas de melhoramento genético; ampliar a parceria com os multiplicadores das novas variedades e criar um ciclo virtuoso de aceleração das inovações na agricultura paranaense com aumento de novas sementes e mais tecnologia social e ambientalmente apropriadas para os produtores do Paraná.

Este é o berço e o caminho pelo qual o estado se destaca como o maior produtor de grãos no Brasil.

Finalmente, é importante destacar: variedades desenvolvidas pelo IAPAR já cruzaram oceanos e são plantadas em países de séculos de tradição de cultivo em determinadas culturas. É o caso do arroz. A variedade IAPAR 9 se destacou nos experimentos científicos e passou a ser plantada entre os produtores chineses.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: em nome de todos os paranaenses, produtores e consumidores de alimentos, queremos deixar registrado nosso grande reconhecimento a todos os funcionários, em especial a equipe de melhoramento genético e reprodução de sementes do IAPAR, pelo inestimável trabalho desenvolvido em favor da agricultura e do Paraná.”

Concedo aparte ao Sr. Deputado Elio Rusch.

#### **O Sr. Elio Rusch (Democratas)**

Deputado Cheida, conheço V. Exa. como Prefeito, como Secretário e agora como Deputado. Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que faz e dizer que o estado, efetivamente, tem que investir em ciência e tecnologia e, nada melhor que V. Exa., como o Deputado Antonio Belinati, que já foram Prefeitos na cidade de Londrina, a terceira maior cidade do sul do Brasil.

Dizer que o IAPAR tem prestado um grande trabalho para o estado Paraná.

Lembro-me muito bem quando a Deputada Emilia Belinati esteve aqui na Assembléia, ela tenha relutado muito para que o artigo 205, se não me falha a memória, da Constituição Estadual, fosse regulamentado, que diz que 2% da receita tributária do estado deveria ser investido em ciência e na tecnologia do estado do Paraná.

V. Exa. como um homem público, de moral ilibada, de uma conduta, de uma visão extraordinária para o desenvolvimento do nosso estado e da necessidade de o estado investir cada vez mais na pesquisa. O IAPAR, sem sombra de dúvida, é uma instituição que tem prestado um grande trabalho no estado do Paraná.

Quero parabenizar V. Exa., na certeza que o Governo do Estado possa reivindicar, possa atender, exatamente, ainda mais as pessoas que trabalham com pesquisa, ciência e tecnologia no estado do Paraná.

Parabéns a V. Exa.

#### **O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)**

Deputado Elio Rusch, gostaria de agradecer muito o seu comentário, as suas palavras e até externar uma conversa particular que tive com o Governador, onde ele me confidenciava que apesar de recolher a extraordinária importância do IAPAR e se dedicar muito em todos os sentidos no provimento da instituição, ainda ele enquanto Governador achava que fazia pouco pelo órgão e pela instituição e queria fazer mais.

Eu me somo ao Governador e me somo a V. Exa. sem dúvida nenhuma, à ex-Deputado Estadual e ex-Governadora Emilia Belinati, que foi considerada madrinha do IAPAR, por 8 anos, que esteve na Vice-Governança do nosso estado, sem dúvida nenhuma, junto a milhares e milhares de paranaenses que querem, não só IAPAR, mas todas as instituições de ciência, tecnologia e pesquisa do estado, dando esse exemplo que o IAPAR dá.

Imagino e peço a V. Exa. com mais experiência do que eu nesta Casa e, sem dúvida nenhuma, como servidor público do Paraná, que possa me auxiliar junto ao Governo para que nós possamos, se for o caso, procurar maneiras, inclusive de tomar aquilo que já é bom, um órgão de excelência ainda maior.

Obrigado pelo aparte, ele apenas abrilhanta esse prêmio que o IAPAR ganha amanhã, em Brasília, em nome de todos os paranaenses.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Liderança do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, eu vou abrir mão, porque quero votar sobre o tema do projeto que estaremos votando

hoje, que é um projeto da maior importância. Então nos encaminhamentos, certamente, poderemos falar.

Queria fazer um registro, dizer que penso que hoje, com os esclarecimentos feitos pelo Dr. Batista, esse tema está superado.

Queria dizer a V. Exa. que durante esse período procurei aqui, nesta Casa, preservar muito a imagem da instituição e fundamentalmente sempre fui muito solidário com o nosso companheiro, que hoje ocupa a 1ª Secretaria, o Deputado Edgar Bueno, porque esse é um tema que, na minha avaliação, já está praticamente esgotado com os esclarecimentos feitos hoje no plenário, aliás, muito bem fundamentado pelo Dr. Batista. Quero reconhecer que tenho divergências pontuais com o Deputado Tadeu Veneri, muito pontuais em relação a alguns temas que envolvem a política comum, mas quero dizer que na essência concordo com o Deputado Tadeu Veneri. Temos algumas divergências, mas acho que no eixo estruturante da política estamos juntos.

Agora ouvi outras manifestações de Parlamentares com quem tenho profundas divergências políticas, ideológicas e que tenho que reconhecer que de fato tenho motivação para poder divergir nos meus posicionamentos, quero dizer o seguinte: que eu em relação ao meu convívio com os meus companheiros da nossa bancada e desta Casa aqui, tenho estabelecido um relacionamento respeitoso, fraterno, tenho aqui, felizmente, muitos amigos e amigas, pessoas que me conhecem e eu os conheço quase que a vida inteira. Dessas pessoas eu, felizmente, sempre recebi uma relação de respeito e ao mesmo tempo de convívio fraterno. É assim que espero sempre manter nesta Casa, por maior que sejam as divergências e as discussões acaloradas, é necessário que nunca percamos a ternura nos nossos relacionamentos, como dizia o Comandante Che Guevara. Isso é que faz a diferença entre as pessoas que reconhecem o processo civilizatório de Ernesto Che Guevara, aliás, tem um nome muito mais completo mas que certamente essa relação fraterna é que deve presidir os nossos relacionamentos dentro desta Casa, relacionamentos respeitáveis e ao mesmo tempo a favor do interesse público.

Era isso, Sr. Presidente. Espero que tenhamos superado esses temas como um todo, mas eu queria fazer esse registro e dizer que gostei muito da postura do Dr. Batista e ao mesmo tempo fazer com que o nosso querido Deputado Edgar Bueno, de uma vez por todas, tivesse o resgatado. Espero que a imprensa, seja televisão, rádios, jornais, dêem ao Deputado Edgar Bueno a mesma cobertura que deram quando o acusaram de forma muito injusta, que é aquilo que tenho sempre dito aqui nesta Casa, que não podia estar sendo acusado da forma como foi.

Mas, infelizmente quem faz política, lamentavelmente, está sujeito a isso, porque qualquer radialista, jornalista, homem ou mulher, na verdade emite as piores opiniões sobre as pessoas sem efetivamente dar o direito ao contraditório, a ampla defesa, o direito a dúvida que as

pessoas são portadoras até por conta do nosso ordenamento constitucional.

Era isso Sr. Presidente.

#### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Até para fazer um registro com tristeza, porque sabemos que o Brasil é de uma população extremamente pobre na sua grande maioria, está havendo até uma melhora na qualidade de vida do povo, mas está muito longe do nível da qualidade de vida do povo chegar ao nível que gostaríamos para o nosso povo.

Um problema que está sempre em debate é a falta de dinheiro do povo, para ter acesso ao medicamento, às vezes para ter acesso a um hospital, a uma UTI, a um equipamento de socorro e fundamentalmente, volto a repetir, o grande problema está sobretudo num povo pobre, que vê o remédio na prateleira da farmácia e nem sempre tem dinheiro para ter acesso a esse remédio, que poderia restituir sua saúde ou quem sabe até salvar sua vida.

Fico imaginando quantos milhões de brasileiros estão no cemitério, sepultados, porque não tiveram o maldito dinheiro para comprar o remédio que poderia ter prolongado, salvo sua vida.

E hoje, nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, nós que representamos Londrina, olha que notícia triste, V. Exa. que é médico: em Londrina estão se dando ao luxo de jogar remédio no lixo. No lixo! Está aqui uma matéria que vai rodar o Brasil inteiro, é uma matéria de agora, na internet, a matéria diz que o remédio Cardionil, que é um remédio para o coração, vão jogar no lixo, devem estar jogando hoje: 2 mil e 300 caixas desse medicamento para o coração, o Cardionil, porque deixaram vencer o prazo de validade do remédio! Deixaram ali estocado o remédio, passou o prazo e agora o remédio tem que ser jogado no lixo.

Tem também o anticoncepcional Nociclin, vão jogar no lixo, na minha cidade, 4 mil caixas desse remédio. E paralelamente a cidade está em falta, tanto desse remédio para o coração como também o anticoncepcional, porque ainda não providenciaram a compra de um novo lote.

E através da imprensa, já está o jogo do empurra, o Ministério da Saúde dizendo que só manda a quantidade de remédios que é proporcional ao número de mulheres férteis numa cidade. Mas, Sr. Presidente, independente de saber de quem é a culpa, é lamentável esse fato. Num país pobre, vemos o povo doente, o povo precisando de um medicamento, e autoridades responsáveis pelo setor deixando vencer o prazo de validade, deixando passar a validade do medicamento, e milhares de caixas desse medicamento estão sendo jogados no lixo.

É um crime! É um atentado! É uma coisa que realmente toca a todos nós. É lamentável e esperamos que quem não cuidou da distribuição desses medicamentos em tempo deveria ser punido com todo o rigor da lei, nobre Presidente.



**O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero registrar a presença do Prefeito de Imbituva, Celso Paz, que tem feito um trabalho sério, digno e honesto por aquele município. Ao mesmo tempo, quero registrar a presença do Presidente da Representação Central Ucraniana do Brasil, Dr. Vítório Sorotiuk, com o qual fizemos parte nesta viagem para a Ucrânia e tivemos êxito, principalmente na questão de bolsas de estudo, que já relatei à Mesa Executiva. Mas, faremos um relato, aqui, principalmente para os Deputados. E dizer, também, que estamos junto com o Vítório pleiteando e praticamente está acertada uma conversa, um relacionamento bom com o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, nesta questão dos estudantes e em outras questões pontuais. Ao mesmo tempo, dizer que esse convênio, temos pretensões e devemos estender também à Polônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, amanhã a Comissão Especial de Investigação vai se reunir para fazer a votação do relatório. Mas, gostaria de pedir à Mesa e ao seu Presidente, Deputado Dobrandino, que fizesse a convocação por escrito do horário definitivo e do local, porque amanhã estarei em Brasília, conversando com o Ministro Nelson Jobim e o Deputado Rossoni estará nos substituindo na Comissão Especial de Investigação, para a votação desse relatório muito importante. Então, eu precisava por escrito do horário e do local.

Era este o meu pedido.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Quero crer que o Presidente da Comissão deve convidá-los e esclarecer o horário e local. Não compete a este Presidente marcar a data, mas vou perguntar ao Deputado Dobrandino.

***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 206/07, subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, comunicando a esta presidência que, nos dias 22, 23 e 24 do corrente mês estará se ausentando do país para participar dos eventos alusivos aos 5 anos do Partido UNACE e das comemorações pelo aniversário do General Lino Oviedo, em Assunção, no Paraguai. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/nº subscrito pelo Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, solicitando que seja registrado na ata desta Casa de Leis, a justificativa de sua ausência. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Dr. Batista, constante do expediente, solicitando à Comissão Executiva que considere nula a sua assinatura inserida na PEC do nepotismo, colocada por engano. **À Comissão Executiva.**

Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Dr. Batista, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias nos dias 25 a 27, do corrente mês, para tratar de assuntos pessoais. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 298/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a viabilização de doação de instrumentos musicais e uniformes para o Colégio Estadual Pedro Stelmachuk - Ensino Fundamental e Médio, no município de União da Vitória. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 299/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de uma quadra coberta para o Centro Municipal Infantil Leonice Martins Hirsch, no município de União da Vitória. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 300/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a viabilização do Curso Técnico de Meio Ambiente e uma quadra poliesportiva no Colégio Estadual Dr. Lauro Mueller Soares - Ensino Fundamental, Médio e Profissional no município de União da Vitória. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 301/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de três salas na Escola Municipal Professor Serapião - Educação Infantil e Ensino Fundamental no município de União da Vitória. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 302/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a viabilização de verba para a construção de sanitários e lavanderia para o Colégio Estadual Adiles Bordin e Escola Municipal Dario Bordin, no município de União da Vitória. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 303/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a reforma e construção de duas salas de aula para o Colégio Estadual José Pioli, no município de Itaperuçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 304/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr.

Secretário de Estado da Educação, a construção de cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Napoleão da Silva Reis, no município de Ibaiti. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 305/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a reforma e ampliação da Escola Estadual Dr. Roque Vernalha, no município de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Edgar Bueno, para representar esta Casa de Leis, na 3ª Conferência Estadual das Cidades nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2007 na cidade de Foz do Iguaçu-PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2873, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2871, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Dr. Batista, Teruo Kato, Carlos Simões e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando que seja transformada a Sessão Ordinária de 25/09/07 em Comissão Geral de Plenário, para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 679/07 - Mensagem Governamental nº 040/07. **Recebido; Protocole-se; Conforme artigo 107, decorrido o prazo de 24h, incluir na Sessão para deliberação; à DAP para providências. Prejudicado conforme acordo entre Lideranças, em virtude do recebimento do Requerimento nº 2774, na Sessão Plenária do dia 17/09/07 e aprovado em 24/09/07.**

A Mesa lembra aos Srs. Deputados que já foi acordado a transformação de Comissão Geral. Está em votação o Requerimento nº 2774, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Edson Strapasson, Cleiton Kielse, Mamede e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 18/09/07, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 679/07 - Mensagem nº 040/07. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria que ficasse registrado, como sempre, o nosso posicionamento contrário à transformação em Comissão Geral.

Gostaria que V. Exa. me inscrevesse agora, já na 1ª votação sobre a questão da constitucionalidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 2874, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Deputados Teruo Kato, Professor Luizão, Elton Welter e Beti Pavin, constante do expediente, solicitando a preferência de votação do Projeto de Lei nº 679/07 - Mensagem nº 040/07 item 12, da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

## ***1ª Discussão (Preferência de Votação)***

### **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/07, que visa autorizar o estado do Paraná, a COPEL S/A, a COPEL Participações S/A e a COPEL Empreendimentos LTDA., mediante ato do chefe do Poder Executivo, mediante alteração de objeto social ou composição societária, assumir a exploração de infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de gestão, recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (**Publ. no DA nº 111/07, de 13/09/07, em Mensagem**).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 679/07

#### P A R E C E R :

#### **I - Relatório**

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 051/06, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta “autorizar estado do Paraná, a COPEL S/A, a COPEL Participações S/A e a COPEL Empreendimentos LTDA. autorizados, em conjunto ou isoladamente, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante a criação de outras sociedades ou mediante alteração de objeto social ou composição societária, a assumir a exploração da infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços públicos de gestão, recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, ficando ainda autorizados, para os fins acima relacionados, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades

com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive na forma de sociedade anônima.” (sic)

Na justificativa o autor diz que a Carta da República do Brasil de 1988, previu em seu artigo 175 que, incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Pois bem, o Governo do Paraná, mantendo a diretriz da responsabilidade do estado nos serviços prestados ao cidadão, apresenta a essa colenda Casa de Leis, a presente proposição.

Ainda sob a ótica constitucional, o que se pretende com a proposta ora apresentada é assegurar os direitos do cidadão, manter os serviços adequados e estabelecer, definitivamente, a justa política tarifária dos serviços públicos, visto que descabe, no âmbito da Administração Pública, a mercadorização dos serviços e o atingimento de lucros.

Ressalte-se que o anteprojeto de lei está revestido de legalidade, cumprindo os ditames da Constituição Federal e das leis infraconstitucionais acerca dos serviços públicos, sendo as principais leis, a 8666/93 (Lei de Licitações e Contratos), 8987/95 (Regime de Concessões e permissão de prestação de serviços públicos) e 9074/95 (outorga a prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos).

Com efeito, a iniciativa do Poder Executivo demonstra que é possível a administração pública manter a gestão pública dos bens públicos, numa perspectiva de estado moderno, voltado inteiramente ao interesse público e fulcrado nos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência.

Importante dizer que o estado do Paraná, a COPEL Participações e a COPEL Empreendimentos Ltda., estão legitimados a apresentar a proposta, ora em tela, pois se comprometem com a busca pelos melhores serviços e o valor justo a ser pago pelo cidadão - usuário, sendo este um dos fins da conjugação de esforços entre os proponentes. Diz ainda, *que conforme informações prestadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, as despesas decorrentes da medida em referência, atendem os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000.*

É o relatório.

## **II - Da Fundamentação do Parecer**

O objetivo do Governo é o de promover a participação do estado, por intermédio de empresa estatal, no processo de licitação para concessão de serviços públicos no âmbito de rodovias federais.

A união pretende transferir a titularidade da prestação de serviços públicos de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de determinadas rodovias federais, serviços estes que são de sua titularidade.

Especificamente no caso do estado do Paraná, são os seguintes trechos das aludidas rodovias federais que

cruzam o território do estado o que serão objetos de concessão, correspondentes aos lotes indicados:

LOTE 06: Edital nº 001 - BR 116/SP/PR - São Paulo - Curitiba - Extensão: 401,60 Km.

LOTE 07: Edital nº 003 - BR 116/376/PR e 101/SC - Curitiba - Florianópolis - Extensão: 382,30 Km.

LOTE 02: Edital nº 006 - BR 116/PR/SC - Curitiba - Divisa SC/RS - Extensão: 412,70.

O objeto da licitação é “selecionar, através de leilão público, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas a qual será outorgada a concessão para a exploração da infra-estrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração, conforme apresentado no Programa de Exploração de Rodovia - PER ...”

A legislação de regência está indicada no item 1.3 do instrumento convocatório:

*O procedimento de outorga será regido pela Lei nº 9491, de 9 de setembro de 1997, alterada pela Lei nº 9635, de 15 de março de 1998, que modifica os procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; pela Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, com redação dada pela Lei nº 9648, que dispõe de acordo com o artigo 175 da Constituição Federal, sobre as concessões e permissões de serviços públicos, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11196, de 21 de novembro de 2005; pela Lei nº 9074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões; pela Lei nº 10233, de 5 de junho de 2001, que cria a ANTT e dá outras providências, e pelo Decreto nº 2594, de 15 de maio de 1998, que regulamenta a Lei nº 9491.*

A licitação se dará na modalidade de leilão, e o critério de julgamento será o menor valor de Tarifa Básica de Pedágio, nos termos do item 1.21 do edital:

*O critério do Leilão será o de menor valor de Tarifa Básica de Pedágio, nos termos do inciso III do artigo 15, dos artigos 18-A, 23-A e 28-A da Lei nº 8987, de 1995, com redação dada pelas Leis nº 9648, de 1998, e nº 11196, de 2005, da Lei nº 9074, de 7 de julho de 1995, da Lei nº 9491, de 9 de setembro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2594, de 15 de maio de 1998, do inciso IV do parágrafo 2º do artigo 34-A da Lei nº 10233, de 2001, e da resolução CND nº 05, de 2007.*

Um dos aspectos iniciais de relevância é o de que se trata de licitação de concessão comum, e não de concessão patrocinada, que constituiria uma das modalidades de parceria público-privada. Assim, não se trata de licitação voltada a selecionar um parceiro para estabelecer uma parceria público-privada.

A concessão, nos termos do regulamento da licitação, constitui etapa do processo de desestatização (item 1.1), *empreendimento destinado a investidores que, além de possuírem capacidade econômico-financeira, para*

*financiar, com recursos próprios e/ou de terceiros, as obras e serviços que constituem os encargos da concessão, detenham capacidade técnica, própria ou contratada, para promover a execução das obras e serviços a serem concedidos, e capacidade administrativa para gerenciar a exploração dos Lotes Rodoviários.*

São pois, requisitos para a participação, nos termos do edital:

- que o licitante se inclua na noção de investidor;
- que o licitante detenha capacidade econômico-financeira para financiar, com recursos próprios e/ou de terceiros as obras e serviços que constituem encargos da concessão;
- que o licitante detenha capacidade técnica, própria ou contratada, para promover a execução das obras e serviços a serem concedidos;
- que o licitante detenha capacidade administrativa para gerenciar a exploração dos lotes rodoviários.

O afastamento da união da prestação direta dos serviços objeto das concessões constitui opção do Poder Executivo Federal, autorizado pelo Poder Legislativo. É opção válida sob o enfoque da política federal e sob o enfoque constitucional.

Esta opção administrativa pela transferência da prestação dos serviços de manutenção e conservação das rodovias não obsta, e nem poderia obstar, a participação dos estados membros na disputa pela prestação dos serviços a serem concedidos

Determina o princípio federativo insculpido no artigo 1º da Constituição Federal a autonomia dos estados membros em relação à união.

A conservação e a manutenção das rodovias federais que cruzam o território do estado do Paraná é matéria de absoluto interesse do ente federativo, embora não seja matéria de sua competência. Diz respeito com aspectos que transcendem a mera existência física da obra pública. A manutenção e a conservação das rodovias têm repercussões na economia do estado, na saúde pública e na segurança da população. Assim, em que pese o serviço público em tela ser de titularidade da união, a sua prestação repercute diretamente na esfera jurídica do estado do Paraná.

Erigir uma determinada atividade à condição de serviço público constitui prerrogativa pública nos limites da Constituição. Assim, o estado do Paraná poderia, por hipótese, no limite constitucional, alçar qualquer atividade não exclusiva da iniciativa privada à condição de serviço público. Se a Constituição atribui ao legislador estatal esta competência, a de criar um serviço público, certamente também lhe atribui a competência para assumir a prestação de serviços públicos de titularidade de outros entes da federação (se detém a competência para criar - detém a competência para assumir). Esta regra derivada da Constituição já vem sendo utilizada há muitos anos. Dois exemplos elucidarão a questão: (I) o fornecimento de energia elétrica é serviço público de titularidade da união (artigo 21, XII, b da Constituição Federal) e prestado no âmbito da quase totalidade do

estado do Paraná mediante concessão feita à COPEL; (II) o serviço de fornecimento de água é serviço de titularidade dos municípios (eis que de interesse local e decorrente do critério residual de repartição de competência estabelecido na Constituição) e prestado SANEPAR na grande maioria dos municípios do estado.

O estado pode assumir a prestação dos serviços de manutenção e conservação de rodovias federais concedidos porque não se trata de atividade econômica em sentido estrito, mas de serviço público. O estado não estará, portanto, pretendendo ingressar no espaço jurídico reservado para a iniciativa privada, mas estará apenas assumindo a prestação de um serviço público, constitucionalmente reservado ao estado (sentido amplo) para prestação sob regime de direito público.

Qualquer conduta direcionada a impedir o estado do Paraná de assumir a prestação de serviço público concedido pela união implicará violação do princípio federativo, eis que, a decisão acerca de criar um serviço público, ou de assumir serviço público de titularidade de outro ente da federação constitui prerrogativa inserida na competência exclusiva do ente federado, especialmente porque, repita-se, trata-se de serviço público, e não de atividade econômica em sentido estrito. Assim, a aceção desestatização, nesta hipótese específica deve ter o sentido de afastamento da união da prestação direta do serviço, sem que isso constitua óbice à prestação por parte de outro ente estatal que repete assim relevante e de interesse público.

A participação do estado do Paraná na disputa pela concessão deverá ser dar por intermédio de empresa estatal, constituída na forma de sociedade de economia mista.

A Resolução nº 05/2007 do Conselho Nacional de Desestatização estabelece que, poderão concorrer à disputa pelo contrato de concessão:

*Art. 8º Para participar do Leilão, a Proponente deverá ser pessoa jurídica brasileira ou estrangeira; instituição financeira, fundo de pensão ou fundo de investimentos em participações, isoladas ou reunidos em consórcio, que satisfaçam plenamente todas as disposições do certame e da legislação em vigor.*

O edital da licitação, por sua vez, prevê no item 1.31 que *poderão participar deste processo de outorga pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras, entidades de previdência complementar e fundos de investimentos em participações, isolados ou reunidos em Consórcio, que satisfaçam plenamente todas as disposições do edital e da legislação em vigor.*

A Resolução CND nº 05/2007 estabelece que:

*Art. 9º A Proponente vencedora do Leilão terá como obrigações, dentre outras:*

*I - constituir uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), na forma de Sociedade Anônima, para assinatura do Contrato de Concessão;*

*II - transformar a SPE em companhia aberta no prazo de até 2 (dois) anos, contado da assinatura do Contrato de Concessão;*

No tocante à empresa que se sagrar vencedora o item 3.2 do edital prevê que *a Concessionária deverá se*

*submeter ao regime da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais aplicáveis. Por seu turno, o item 3.4 do edital prevê que o estatuto social da Concessionária deverá prever ainda a obrigação de abrir o seu capital social em até 2 anos após a data de início do Contrato de Concessão.*

Tais disposições, regulamentar e editalícias, somente são compatíveis, em se tratando das únicas formas jurídicas para criação de pessoa jurídica de direito privado com controle estatal - empresa pública ou sociedade de economia mista - com a figura da sociedade de economia mista. Portanto, esta deverá ser a forma jurídica da eventual empresa estatal a ser criada para disputar o certame.

Há ainda, além da necessidade de criação de uma sociedade de economia mista, necessidade de formação de uma parceria com parceiros privados, para garantir a obtenção dos requisitos de capacidade técnica e econômico-financeiros previsto no edital.

A constituição de uma empresa estatal especificamente para participar da disputa pela concessão das rodovias encontra obstáculo relacionado aos recursos humanos necessários ao desenvolvimento das atividades da companhia.

Nos termos do artigo 37, II da Constituição Federal, o preenchimento de cargo ou de emprego público somente pode se dar mediante concurso público. As sociedades de economia mista têm natureza jurídica de direito privado, e o seu regime de pessoal é o contratual ou celetista. A criação de uma empresa estatal sob esta configuração pode não se dar em tempo hábil para a instauração de concurso público destinado à formação de um quadro próprio de pessoal.

Por outro lado, não seria coerente com os princípios da razoabilidade, da eficiência, da moralidade e da economicidade, a instauração de concurso público, e posterior contratação de pessoal, sem que tenha a companhia nova se sagrada vencedora do certame licitatório que objetiva a concessão dos serviços públicos em tela.

A solução para a questão pode ser a mesma adotada para outros casos similares, como por exemplo, aquela adotada pelo estado quando da criação da ParanaPrevidência. Naquela oportunidade se estendeu necessária e oportuna a criação de um ente autônomo com a missão institucional de realizar a gestão da previdência funcional. Foi então editado a Lei Estadual nº 12398/98, que criou o sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná e transformou o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, em Serviço Social Autônomo, que, sobre a matéria dispõe:

*Art. 103. Todas as atividades de natureza previdenciária, atualmente desenvolvidas pela autarquia IPE e pela Secretaria de Estado de Administração passarão para a competência da ParanaPrevidência em que aquela se transforma, no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data em que se formaliza o Contrato de Gestão previsto nos artigos 5º e 6º.*

*§ 1º No mesmo prazo de que trata este artigo a ParanaPrevidência deverá iniciar a prestação dos serviços médico - hospitalares de que trata esta lei.*

*§ 2º Para atendimento do disposto neste artigo, o Diretor-Presidente da ParanaPrevidência, poderá solicitar servidores hoje lotados na autarquia IPE ou na Secretaria de Estado de Administração, para que fiquem à disposição da instituição.*

*§ 3º Os servidores que forem requisitados pela ParanaPrevidência, permanecerão com seus respectivos cargos e no desempenho de suas funções, até que se institua o Plano de Cargos e Salários e se efetive o processo seletivo respectivo.*

Nesta hipótese é que se encaixa a previsão do projeto de lei de autorizar o Chefe do Poder Executivo a ceder servidores à nova Companhia até a constituição de quadro próprio de pessoal, se sagrada vencedora.

Um dos aspectos mais relevantes do processo de concessão em análise, é o de que a finalidade da união é a de transferir a titularidade da prestação dos serviços públicos em tela com o objetivo de buscar na iniciativa privada os recursos financeiros necessários à recuperação e manutenção das rodovias federais a serem transferidas.

Desta feita, os regulamentos das licitações contemplam inúmeras obrigações por parte dos futuros concessionários. Algumas destas obrigações implicam em grandes investimentos voltados à execução do objeto da concessão.

Por conta destes investimentos necessários, há necessidade de formação de consórcio com empresas privadas e de autorização legislativa para eventuais remanejamentos orçamentários.

A possibilidade de firmar pré-contratos de serviços e obras, com dispensa de licitação, já está prevista no artigo 32 da Lei Federal nº 9074/95.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 6º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 095, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 6º do projeto de lei em análise.

### III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 679/07

Art. 1º Ficam o estado do Paraná, a COPEL S/A a COPEL Participações S/A e a COPEL Empreendimentos Ltda. autorizados, em conjunto ou isoladamente, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante a criação de outras sociedades ou mediante alteração de objeto social ou composição societária, a assumir a exploração da infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços públicos de gestão, recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, ficando ainda autorizados, para os fins acima relacionados, a participar, majoritária, de consórcios ou sociedades com pessoas jurídicas, inclusive na forma de sociedade anônima.

§ 1º Para os fins previstos no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a criar sociedades por ações na forma de sociedade de economia mista.

§ 2º Ficam as pessoas jurídicas relacionadas neste artigo autorizadas a alterar seu objeto social, associar-se com outras pessoas jurídicas, e promover as composições societárias necessárias ao cumprimento das exigências do poder concedente dos serviços públicos.

§ 3º Ficam as pessoas jurídicas relacionadas no *caput*, para compor propostas em processos licitatórios, autorizados a colher preços de bens, serviços e obras fornecidos por terceiros e assinar pré-contratos com dispensa de licitação.

§ 4º Vencido o certame, poderá ser efetivada a contratação direta de que trata o parágrafo 3º, com dispensa de licitação.

Art. 2º Ficam, ainda, as sociedades relacionadas no artigo anterior, suas sucessoras, subsidiárias ou as sociedades de economia mista criadas por iniciativa do Poder Executivo, autorizadas a constituir consórcio com outras pessoas jurídicas, sociedades privadas ou de economia mista, com o propósito de atender aos requisitos necessários à participação em licitações e contratações de concessão dos serviços públicos referidos no artigo 1º.

Parágrafo Único. A autorização, referida no *caput* deste artigo, compreende a constituição de tantas sociedades, inclusive de propósito específico, quantas forem necessárias, na forma de sociedade por ações, com as demais integrantes de consórcios constituídos para celebrar contratos de concessão de serviço público precedido de obra pública compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo, fica autorizado a ceder servidores lotados no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado, para dar cumprimento a

obrigações sociais e contratuais decorrentes das licitações e dos contratos de concessão dos serviços públicos e para prestar os serviços necessários ao cumprimento da finalidade social, mediante solicitação das pessoas jurídicas relacionadas no artigo 1º ou suas sucessoras.

§ 1º Os servidores colocados à disposição das pessoas jurídicas referidas no artigo 1º permanecerão à disposição pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, até que seja instituído e efetivado o quadro próprio.

§ 2º A disposições funcional se dará mediante ressarcimento ao estado dos valores correspondentes à remuneração dos servidores cedidos.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir o estado do Paraná na composição societária das empresas relacionadas no artigo 1º ou de suas sucessoras e para tanto promover as alterações orçamentárias necessárias à inclusão do estado do Paraná nas composições societárias ou ao cumprimento das exigências dos poderes concedentes para a concessão dos serviços públicos vinculados às rodovias.

Art. 5º Esta lei será regulamentada por decreto, no que couber.

Art. 6º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 679/07  
MENSAGEM Nº 041/07

P A R E C E R :

**I - Relatório**

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado de Mensagem nº 041/07, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta “*autorizar o estado do Paraná, a COPEL S/A., a COPEL Participações S/A. e a COPEL Empreendimentos Ltda. autorizados, em conjunto ou isoladamente, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante a criação de outras sociedades ou mediante alteração de objeto social ou composição societária, a assumir a exploração da infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços públicos de gestão, recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, ficando ainda autorizados, para os fins acima relacionados, a participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com pessoas jurídicas, inclusive na forma de sociedade anônima.* (sic)

Na justificativa o autor diz que *a Carta da República do Brasil de 1988, previu em seu artigo 175 que, incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.*

*Pois bem, o Governo do Paraná, mantendo a diretriz da responsabilidade do estado nos serviços públicos prestados ao cidadão, apresenta a essa colenda Casa de Leis, a presente proposição.*

*Ainda sob a ótica constitucional, o que se pretende com proposta ora apresentada é assegurar os direitos do cidadão, manter os serviços adequados e estabelecer, definitivamente, a justa política tarifária dos serviços públicos, visto que descabe, no âmbito da Administração Pública, a mercadorização dos serviços e o atingimento de lucros.*

*Ressalte-se que o anteprojeto de lei está revestido de legalidade, cumprindo os ditames da Constituição Federal e das leis infraconstitucionais acerca dos serviços públicos, sendo as principais leis, a 8666/93 (Lei de Licitações e Contratos), 8987/95 (Regime de Concessões e permissão de prestação de serviços públicos) e 9074/95 (outorga a prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos).*

*Com efeito, a iniciativa do Poder Executivo demonstra que é possível a administração pública manter a gestão dos bens públicos, numa perspectiva de estado moderno, voltado inteiramente ao interesse público e fulcrado nos Princípios Constitucionais da legalidade e da eficiência.*

*Importante dizer que o estado do Paraná, a COPEL Participações e a COPEL Empreendimentos Ltda, estão legitimados a apresentar a proposta, ora em tela, pois se comprometem-SE com a busca pelos melhores serviços e o valor justo a ser pago pelo cidadão - usuário, sendo este um dos fins da conjugação de esforços entre os proponentes. Diz ainda, que conforme informações prestadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, as despesas decorrentes da medida em referência, atendem os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000.*

É o relatório.

#### **I - Da Fundamentação do Parecer**

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a informar que a proposta ora em análise a primeira vista não causa nenhum impacto financeiro tendo em vista tratar-se de apenas uma autorização legislativa.

Ademais, tanto a COPEL como o Governo do Estado obrigam-se a participar do certame licitatório, não havendo portanto qualquer garantia de que vençam os demais concorrentes.

Esta relatoria entende que a medida proposta é de fundamental importância para a população do estado do Paraná, e para tanto anexa as planilhas com todos os dados e demonstrativos referentes a matéria aqui analisada.

### **III - Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24.09.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
SUBSTITUTIVO GERAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 679/07

P A R E C E R :

#### **Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/07, que visa a conjugação de esforços do estado, da COPEL Participações e a COPEL Empreendimentos Ltda. para assumir a prestação dos serviços públicos e obras de gestão, recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias.

#### **Fundamentação**

Esta comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. De igual modo, a iniciativa do Poder Executivo, demonstra ser possível a administração pública manter a gestão pública dos bens públicos, voltado inteiramente ao interesse público e baseado nos Princípios Constitucionais da legalidade e da eficiência.

Esta Comissão entende necessária a inclusão de Emenda Aditiva, que venha garantir, que as sociedades constituídas na forma do artigo 1º da proposta, não sejam integradas por empresas inadimplentes, empresas que descumpriram cláusulas contratuais com o Governo do Estado e sócios que tenham participado na composição societária de outras empresas que se encontrem, comprovadamente, inadimplentes com o erário.

#### **Conclusão**

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente a matéria em questão, com inclusão da subemenda aditiva, em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari e Elio Rusch.

Em discussão. Em votação.

Para discutir, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Neste momento vamos discutir a constitucionalidade do projeto.

O Governador do Estado do Paraná enviou a esta Casa a mensagem pedindo autorização para que pudesse participar, através da COPEL Empreendimentos, na formação de uma nova empresa para que esta, por sua vez, pudesse participar da licitação de alguns trechos rodoviários que virão a leilão público, no mês de outubro.

Não quero, neste momento, discutir a questão política nem ideológica, mas quero discutir a questão legal. Primeiro, o Governo Federal procura desestatizar algumas empresas. O Governo Federal busca desestatizar trechos de algumas rodovias e tem suas razões, não só o Governo Federal como outros Governos também. Para tanto, devem ser seguidas algumas normas legais, por exemplo, em primeiro lugar, não se pode ferir o princípio constitucional. Qual é a primeira inconstitucionalidade desta lei? O que diz o artigo 37 da Constituição Federal? *Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as suas áreas de atuação.*

Srs. Deputados, no artigo 37 está claro: *Lei específica para criar a empresa.* E o que o Governador diz na sua mensagem? Vejam comigo, Srs. Deputados, flagrante inconstitucionalidade, artigo 2º desta mensagem: *Ficam, ainda, as sociedades relacionadas no artigo anterior, suas sucessoras, subsidiárias ou as sociedades de economia mista, criadas por iniciativa do Poder Executivo, autorizadas a constituir consórcio com outras pessoas físicas ou jurídicas.* Já alterado isto aqui pela CCJ, tiram-se as pessoas físicas, sociedades privadas ou de economia mista. Com o propósito de, parágrafo único, aí é que vem, Srs. Deputados, vejam o que diz o parágrafo único: *A autorização referida no caput deste artigo compreende a constituição de tantas sociedades, inclusive de propósito específico, quantas forem necessárias e assim sucessivamente.*

Ora, Srs. Deputados, isto aqui para mim, é uma lei genérica. Não é uma lei específica. O Governador não pede a constituição de única e exclusivamente uma empresa. Ele diz no parágrafo único a constituição de tantas quantas necessárias forem para o bom trabalho ou a boa administração do Governo do Estado. É uma lei genérica.

Sr. Presidente Nelson Justus, no meu entender, é flagrante a inconstitucionalidade. O artigo 37 diz que uma lei específica deverá ser criada. O que o Governador pede? A criação de tantas quantas necessárias forem. Pois bem, isso para mim é a primeira inconstitucionalidade. Agora, eu disse que qualquer ato que qualquer administrador venha a tomar, seja em nível municipal, em nível estadual ou mesmo o Governo Federal, acima do administrador existe a lei e nós vivemos um estado de direito democrático. Num estado de direito democrático tem que se respeitar a legislação vigente. Por que o Presidente da República, o Governo central, visa privatizar algumas rodovias? Porque ele está amparado em uma lei. Se não tivesse Lei das Concessões, o Governo Estadual, o

Governo Federal jamais poderia privatizar algumas rodovias. Então, está regulamentado através da Lei das Concessões. É a Lei nº 8987, de 1995.

Olha o que diz o artigo 17, Srs. Deputados. A segunda inconstitucionalidade que entendemos que existe nesta lei. Artigo 17 da Lei das Concessões, lei federal: *Considerar-se-á desclassificada a proposta que para a sua viabilização necessite de vantagens e subsídios que não estejam previamente autorizados em lei à disposição de todos os concorrentes.* Parágrafo 1º, na mesma Lei das Concessões: *Considerar-se-á também desclassificada no poder concedente que para a sua viabilização necessite de vantagens ou subsídios do Poder Público e controlador da referida entidade.* E o que diz o parágrafo 2º - não é este Deputado que diz, quem diz isso é a Lei das Concessões, a lei que regulamenta - *inclui-se nas vantagens ou subsídios de que trata este artigo qualquer tipo de tratamento tributário diferenciado, ainda que em consequência de natureza jurídica do licitante que comprometa a isonomia fiscal que deva prevalecer entre todos os concorrentes.*

Srs. Deputados, esta é a legislação. A Lei das Concessões. Se tem apenas um artigo para mostrar a flagrante inconstitucionalidade, desta lei no nosso entender, como flagrante, a inconstitucionalidade direta na Constituição, no artigo 37.

Por esta razão, Srs. Deputados, espero que venhamos a derrubar já na constitucionalidade esta lei, porque no nosso entender e como disseram muito bem os representantes do Governo que estiveram aqui na Audiência Pública, Procurador do Estado, representantes e o Secretário dos Transportes, quando foi indagado se o Governo tinha certeza da legalidade desta lei, o próprio Procurador do Estado disse: “Diante da grandeza desta licitação as ações na Justiça seriam inevitáveis e não se saberia o que poderia acontecer.”

Essas seriam as palavras do Procurador. Ele não foi taxativo. Ele deixou um vazio. Ficamos muito preocupados com a questão constitucional e também no mérito da questão. Na questão legal, Sr. Presidente, caberia: como é que vamos votar uma lei hoje, faltando um pouco mais de duas semanas para a concessão, se o Governo do Estado quer pegar a COPEL Empreendimentos como a sua sócia principal, se até hoje eles ainda não sabem se o negócio é bom ou não? Faz 4 anos que estão estudando.

Então, me faz crer e me dá o direito de pensar que é mais um dos “oba-oba” do Governo do Estado, para querer jogar para mídia.

Sei que o meu tempo expirou, vou me inscrever depois no encaminhamento da votação para continuar a discorrer sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, para discutir a favor da constitucionalidade do projeto.



O SR. PEDRO IVO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para registrar a presença do Prefeito de General Carneiro, Prefeito Juarez.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo, Prefeito.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, para me inscrever, para encaminhar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. vai encaminhar a favor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente as palavras do nobre Deputado, Líder dos Democratas, Elio Lino Rusch. Quero lhe dizer, que pelo menos nos últimos 8 dias, pela função, Deputado Cheida, que exercemos nesta Casa, me obriguei a estudar este tema, discuti com os especialistas, especialmente em Direito Constitucional, sobre a legalidade da votação desta matéria, deste projeto de lei que está posto na Ordem do Dia de hoje. Quero lhe dizer que em função das suas preocupações sobre a constitucionalidade da matéria, em um outro momento ao encaminhar, aqui, se for o caso, falamos sobre a matéria, mas sobre a constitucionalidade, absolutamente claro está que o inciso XIX, do artigo 37 da Constituição está perfeitamente atendido, porque o projeto de lei apresentado pela mensagem do Governador Requião atende, justamente, o pressuposto. É uma lei específica e autorizatória para que o estado possa constituir ou transformar uma sociedade de economia mista.

Para se ter uma idéia, Deputado Pedro Ivo, as sociedades de economia mista foram as primeiras empresas do mundo. Surgiu com a Companhia das Ilhas, em 1602, justamente da associação do capital público, como capital privado. A modelagem que envolve o estado, muitas vezes, Deputado Pugliesi, se pensa que começou ontem. Há muitas pessoas que acham que o mundo começou no dia em que elas nasceram. Quando você vai ver na história, se verifica que nós, enquanto sociedade, criamos os instrumentos para que possamos trabalhar e tratar do tema como ele tem que ser enfrentado, no caso específico, uma defesa da economia paranaense. Todos nós sabemos o ônus que pagamos, por conta do malfadado pedágio que tivemos implantado em nossas rodovias.

Quando esta Casa votou a Lei de Concessões e Permissões, que permitiu que implantássemos o pedágio, todos nós desejávamos que houvesse - naquele momento votei contra, mas quem votou a favor foi a favor da competitividade, para pudéssemos ter uma disputa, para se oferecer o serviço pela menor tarifa. Infelizmente, não foi o que aconteceu. Foi a malfadada concessão onerosa, que

acabou criando um problema grave para o estado, Romanelli, especialmente para o corredor da soja.

Sabemos que os 3 trechos de rodovias, que estão em jogo, são muito importantes para a economia paranaense, seja a ligação com Santa Catarina, as duas ligações, a BR-101 e a BR -116, do trecho que vai de Curitiba até a divisa com o estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a de todas elas, a rodovia mais estratégica, que é a ligação com São Paulo. Há quantos anos São Paulo cria obstáculos, para de fato fazer com que o “corredor da morte” se torne no “corredor da vida” e, fundamentalmente, que flua a nossa economia? Não! São Paulo coloca todos os obstáculos para impedir uma rodovia de ligação fácil, entre a capital paulista e capital paranaense. Sabemos o quanto essa rodovia é vital para a nossa economia. É um ato de defesa, se conseguirmos, Deputado Praczyk, termos o controle dessa rodovia.

Deputado Elio Rusch, o serviço público que está sendo posto, está bem regulamentado pelo artigo 175 da Constituição. O Paraná é estado membro da federação. No momento em que a união, que detém a titularidade dessas rodovias, resolve, através de um procedimento licitatório transferir para que pessoa jurídica possa, efetivamente, realizar este serviço público, o Paraná tem condições de fazê-lo através dessa modelagem.

E nós aqui hoje estamos tratando, inclusive, sabem V. Exas. por preciosidade, por especificidade, inclusive da própria lei, se diz ali - estado do Paraná, COPEL S/A, COPEL Participações, COPEL Empreendimentos Ltda., quando na verdade não entra a COPEL S/A, e nem o estado do Paraná. O que entra, efetivamente, é COPEL Participações e COPEL Empreendimentos, que poderão, no seu objeto, efetivamente adequadas à prestação daquele serviço que está previsto no edital.

Por isto, Sr. Presidente, discutíamos aqui nesta Casa, há uma semana discutindo as emendas que poderão melhorar esse projeto, algumas emendas já foram suscitadas na própria Comissão de Constituição e Justiça, já foram acatadas pelo Deputado Artagão Júnior, como Relator; outra emenda foi proposta hoje pela Comissão de Finanças, me parece uma emenda extremamente oportuna; outras emendas estão sendo discutidas, porque me parece que esta questão da legalidade é absolutamente fundamental nesse processo de discussão. Não podemos ter dúvida em relação à modelagem do que estamos fazendo, porque sabemos que é muito importante e estratégico para o Paraná, porque se no mínimo conseguirmos reduzir no processo do leilão, a tarifa que as grandes empreiteiras, as chamadas 7 irmãs, que acertam os preços sempre antes das licitações, se furarmos esse bloqueio, certamente vamos reduzir de forma significativa o preço do pedágio, reconhecendo inclusive que foi quando o Governador Requião, lá na Granja do Canguiri, com a Ministra Dilma Roussef, interrompeu esse processo que ia reproduzir o modelo de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul desse pedágio muito caro, e o Governo Federal parou, fez uma revisão do modelo tarifário, fez uma

rediscussão do tema e hoje lança um edital onde atende a lógica, na verdade, da competitividade, que é fundamental na sociedade que vivemos.

Por isto que o estado do Paraná tem que se defender, a nossa economia tem que se defender, se nos tornarmos de fato os concessionários dessas rodovias, nós, paranaenses, vamos ter lucro, porque para 9 bilhões e meio de investimentos, vamos ter uma receita estimada de R\$ 18 bilhões. Considerando os números de 2004, certamente esses números vão crescer ainda mais e conseguiremos, com a economia, reduzir inclusive os investimentos. São os desafios que temos nesta sociedade contemporânea que vivemos e certamente o estado tem que se defender. Por isto que a constituição de uma ou mais empresas é uma lei específica em relação ao objeto e à modelagem. Ela atende justamente o próprio disposto no edital da Lei nº 9074, porque vamos ter que nos associar num pré-contato com empresas privadas.

A Federação dos Transportes de Santa Catarina está muito articulada, inclusive nesse projeto, participando da modelagem para a formação do consórcio que vai estar disputando o leilão e eu espero, no dia 9 de outubro, que possamos estar vencendo esse leilão, vencendo pelo menor preço para que o povo paranaense, a economia paranaense ganhe e ao mesmo tempo quero dizer que esta Casa, com muita maturidade, num acordo de lideranças, suspendemos na semana passada a votação do requerimento que pedia Comissão Geral para que pudéssemos discutir, fazer Audiência Pública, aqui vieram os técnicos, o Secretário dos Transportes, pudemos fazer uma ampla discussão sobre este tema e efetivamente hoje estamos aqui podendo votar esta lei, depois de toda a discussão que houve.

Por isto eu quero, fundamentalmente, dizer que o que está em jogo aqui hoje é o interesse público, é o interesse da economia paranaense. Eu respeito as posições divergentes por um conjunto de preocupações, mas temos que reconhecer que temos a chance de reduzir pelo menos a tarifa do pedágio se participamos do leilão, isso não tenho a menor dúvida.

Por isso, quero dizer, Sr. Presidente, que pela constitucionalidade esta Casa deve, sim, votar e aceitar a constitucionalidade desta lei, de acordo com o parecer favorável da própria Comissão de Constituição e Justiça.

Era isso, muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, o Deputado Geraldo Cartário.

Quería apenas lembrar aos Srs. Deputados que estamos em Comissão Geral votando a constitucionalidade. V. Exas. estão entrando no mérito que vai ser uma discussão para daqui a alguns minutos.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)**

Só para dizer que eu não discuti o mérito, discuti apenas a constitucionalidade.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido) (Para Encaminhar)**

Também endosso as palavras e me associo à questão de ordem levantada pelo Deputado Elio Rusch, onde me reservo ao direito de voltar a esta tribuna para entrarmos no mérito. Até porque este assunto, as paredes desta Casa certamente estão com saudades de ouvir falar em COPEL, porque em algumas noites, em alguns dias aqui se comentou, há anos atrás, e se falou muito a palavra COPEL. Excelentes oradores da Oposição, como o Deputado Anibelli e tantos outros que aqui defenderam a questão COPEL.

Mas queria, Sr. Presidente, iniciar dizendo que em 1992, quando então Deputado nesta Casa, recebíamos o projeto de S. Exa. o Governador Roberto Requião, o qual pedia autorização para alienar o espólio da TELEPAR. Como todos sabem, a TELEPAR foi o orgulho do Paraná. A TELEPAR era presidida por gente competente, eficiente no Governo Paulo Pimentel. A TELEPAR foi o orgulho dos paranaenses, visto que hoje o sistema celular você sai um pouco da cidade, inclusive de Curitiba e não capta mais nada. E estado de Santa Catarina está dando um show no Paraná, São Paulo idem, Mato Grosso. Um dos estados mais atrasados no sistema de celular, hoje, é sem dúvida nenhuma o Paraná. E quando o projeto encaminhado pelo Governador Requião a esta Casa foi aprovado, e o Governador usou muito bem o dinheiro, disso não tenham a menor dúvida, o dinheiro foi bem aplicado, Deputados daquele tempo como o Duílio, que aqui estávamos, dizíamos o seguinte: realmente esta estrada que o Governador quer asfaltar foi iniciada pelo Governo Álvaro Dias, apenas iniciada no Governo Álvaro Dias, mas com recursos federais. Todo dinheiro foi de recurso federal, que é a estrada de São José dos Pinhais a Garuva. E o Governador, infelizmente, a nossa representação política a nível federal sempre foi fraca. Convenhamos de dizer aqui a verdade: todos os Governadores do Paraná têm sofrido com a péssima representação, em respeito aqui ao Waldyr Pugliesi, que foi um lutador, mas no conjunto, Waldyr, a representação do Paraná tem sido fraca, a não ser no Governo Jayme Canet.

Quando existiram diversos Ministros do Paraná, existia Ney Braga, o Stephanes, o Carlos Richbitter, entre outros, o Waldyr Pugliesi que recentemente assumiu a Secretaria dos Transportes sabe disso, porque ele capeou as estradas que o Jayme Canet iniciou, o Paulo Pimentel deixou esse patrimônio. O Governador Requião obteve esse dinheiro e concluiu a obra iniciada pelo Álvaro e foi até Garuva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que falta para o Paraná conseguir, lá em Brasília, o dinheiro que o Governo Federal está devendo? Onde está esse entrosamento do PT com o Paraná, esse entrosamento do Governador Requião com o Presidente Lula? Por que continuam dando calote no Paraná e não pagam? Esse dinheiro da TELEPAR foi um dinheiro sofrido, foi um dinheiro de trabalhador, de homem com a mão calejada,

no entanto não se fala em receber esse dinheiro! Não recebendo esse recurso, uma vez mais vamos pagar a conta através do pedágio! Vamos pagar a conta porque o povo de Mandirituba, aquele que ali luta anos e anos, vai se submeter ao pagamento de um pedágio! Porque se fosse para acabarmos com o pedágio, aqui colocado no Governo Jaime Lerner, aqui colocado pelo Deputado Neivo Beraldin, que apresentou esse projeto, se fosse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para resolvermos a problema do pedágio que levou o Governador Requião a dizer ao povo do Paraná: “Ou baixa ou acaba”, aí sim eu estaria votando com toda a minha força, sairia pelo Paraná com a bandeira com a foto do Governador Requião, porque ele estaria resgatando para o Paraná um pedágio que explora a população através de um preço absurdo!

No entanto, o que se fala hoje aqui é que a COPEL vai assumir o pedágio que não é este que foi falado nas campanhas, assumir um pedágio que não é esse que está nas estradas federais, abusivamente sendo cobrado, não se fala nada disso! Waldyr Pugliesi, V. Exa. que foi Secretário dos Transportes, me explique, quais as estradas federais que ainda não têm pedágio no Paraná? É esta de São José dos Pinhais a Garuva? Mas essa é uma estrada do Paraná, quem executou, quem gastou o dinheiro do povo do Paraná foi o Governo do Estado! Ela não é do Governo Federal! Precisamos ter coragem de dizer isso: a estrada foi construída com o dinheiro do povo do Paraná, essa estrada federal!

Agora, Srs. Deputados, o que eu vou falar em Mandirituba, na minha região, mais empobrecida do Paraná? O que eu vou falar em Rio Negro? Que nós, milagrosos Deputados do Paraná, transformamos a COPEL numa praça de pedágio, estamos fazendo um verdadeiro milagre! A COPEL vai cobrar pedágio! Certamente um preço inferior, porque a lâmpada que vai iluminar o caixa da praça à noite, a COPEL não vai precisar pagar essa energia, pois do contrário cobrará o mesmo preço, porque a tarifa, Srs. Deputados, não vai ser de competência do Governador de Estado, a tarifa vai ser de competência única e exclusiva do Governador Federal! Lá em Brasília que vai se dar o preço do pedágio que Mandirituba vai pagar.

Pergunto, Sr. Presidente e Srs. Deputados: não seria a hora de nós Deputados irmos até Brasília, exigir o dinheiro que o Governo Federal deve pelas ações, pelo patrimônio...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Para concluir, Deputado Geraldo Cartário.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)**

É uma forma de buscarmos esses recursos e asfaltarmos a estrada Curitiba a Rio Negro, duplicarmos esta rodovia, a exemplo da que foi até Garuva, sem cobrar um centavo sequer.

Voltarei ao assunto, Sr. Presidente, visto que o meu tempo terminou.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Para encaminhar, Deputado Reni Pereira.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, mais que um encaminhamento em nome do bloco, venho justificar o porquê votei como representante do bloco, na CCJ, contrário, ao parecer do Deputado Artagão Júnior, apoiando o parecer do Deputado Valdir Rossoni e, por que o grupo decidiu votar favoravelmente à constitucionalidade, já que não estamos encaminhando o mérito.

Pois bem, tínhamos dúvida e deixamos bem claro, em relação ao artigo 37 da Constituição Federal, já que o artigo 37 diz: *Cabe a lei complementar, no último caso, definir as áreas da sua atuação.*

Pois bem, esse último caso é depois da vírgula e, depois da vírgula diz: *de sociedade de economia mista e de fundação.*

Eu, numa atitude até de reconhecimento, o grupo têm dúvidas, mas como nesta Casa muitas vezes o que vale, o mérito é atropelado na questão da constitucionalidade e quem se posiciona contra a constitucionalidade, na verdade já está se posicionando contra o projeto, nós, todo o bloco, decidimos votar favoravelmente a constitucionalidade para que não pairasse dúvida que somos contra o mérito do projeto.

O mérito, somos favoráveis, até porque não queremos que esse imbróglio, Deputado Geraldo Cartário, V. Exa. que muito bem encaminhou aqui, fique nos nossos gabinetes, nas nossas bases eleitorais, porque realmente se o Governo tem a intenção de baratear os custos, essa lei vem de encontro a essa intenção.

Não queremos aqui ser um estorvo nessa tentativa de reduzir o pedágio, que aliás, já vem de muito tempo.

Deputado Romanelli, V. Exa. falou das 7 irmãs, que seriam as empreiteiras. Eu vim lá do interior do sudoeste, lá tem muito costume popular, Deputado Valdir Rossoni. Diz que quando tem 7 irmãs, geralmente a oitava que nasce é bruxa. Então eu já entendi o porquê das ações da COPEL estarem baixando tanto no mercado. Quer dizer, já está nascendo uma nova bruxa. Sou meio supersticioso, acho que a assombração de vez em quando pega. Tomara que essa bruxa voe e consiga reduzir o preço do pedágio, e não ter o efeito contrário.

O bloco se posiciona votando favoravelmente à constitucionalidade para que não paire dúvida que somos contra a intenção do Governo que explicitou de forçar a tarifa do pedágio no estado do Paraná.

Nesse sentido, então diante da dúvida que requer a lei complementar sobre a sociedade de economia mista ou somente de fundações, nós do grupo interpretamos que a lei complementar caberia somente em casos de fundação. Nos casos de sociedade de economia mista poderia somente por lei específica, como é o caso que estamos votando hoje.

Era o encaminhamento, era a justificativa, o porquê dessa mudança de posição com relação ao nosso voto na CCJ, Deputado Valdir Rossoni. V. Exa., como Líder da Oposição, temos que encarar os fatos e os argumentos e queremos reconhecer aqui que essa dúvida foi suscitada pela Deputada Rosane, pelo Deputado Pastor Edson, pelo Deputado Chico Noroeste e nós, na sequência, também entramos na dúvida e resolvemos acompanhar a constitucionalidade e o mérito do projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, para encaminhar contrário.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Srs. Deputados, na verdade estamos encaminhando a questão da constitucionalidade desse projeto oriundo de uma mensagem do Governo.

Sr. Presidente, a nossa preocupação, já sabemos o resultado, vamos perder. Com a adesão do bloco independente, a nossa situação ficou pior que o esperado, mas nós sabíamos da posição. Temos um posicionamento contrário à questão da constitucionalidade. Temos um posicionamento à questão do mérito, mas queremos deixar registrado.

Gostaria, antes de encaminhar o porquê somos contra e achamos esse projeto inconstitucional, gostaria de chamar à reflexão os Srs. Deputados, a imprensa e as pessoas que acompanham o Legislativo. Na verdade, estamos sendo pautados pelo Sr. Governador. Por que estamos sendo pautados? O que está acontecendo nesta semana? Quinta-feira, um Diretor do porto veio com gravíssimas denúncias contra o seu próprio Governo, o Governo dele não o meu. Um homem que foi nomeado, trouxe uma lista que amanhã vou fazer uma leitura de denúncias com propriedade, porque ele estava dentro da diretoria do porto, ninguém melhor que ele, mas aí o Governador pauta a imprensa e pauta esta Casa.

Primeiro manda um projeto inconstitucional. Acho que não vem ao caso aqui, porque vejo já o resultado. Primeiro, a regulamentação dessa questão tem que ser feita por lei específica. Olha o olhar triste da Dra. Lúcia que está há muitos anos aqui - assessora a Liderança do Governo, a Liderança da Oposição, mas não sei por que com toda essa minha simpatia ela é extraordinária, sou um homem muito simpático, ela me acompanha há quase 10 anos - veja a tristeza dela, porque ela é uma profunda entendedora das questões legislativas desta Casa. Não nos conformamos. Se eu encontrasse só a minha assessoria inconformada com a inconstitucionalidade desse projeto eu até poderia achar que a nossa assessoria estava equivocada, mas pasmem, se você encontrar 50 advogados, 49 alegam inconstitucionalidade.

Claro, aqueles advogados que não estão alienados ao Governo, porque o Procurador que veio à CCJ dar

explicações recebeu uma encomenda do poderoso chefão. O poderoso chefão diz o seguinte “Eu quero uma lei”. De tão rápido que eles fizeram uma lei, eles erraram na lei. Prova disso que o Deputado Artagão teve que apresentar um substitutivo geral, porque, veja, erro primário, dizendo que a COPEL poderia participar majoritariamente e minoritariamente dessa empresa que está sendo constituída. Quer dizer, a pressa é inimiga da perfeição.

Ora! Quanto tempo sabemos que esse projeto, essas rodovias, seriam privatizadas? Muito tempo! Se o Governo estivesse bem intencionado e não estivesse em busca de marketing, Deputado Romanelli, ele estaria discutindo esse projeto de lei há muito tempo. Mas não, agora, no afogadilho. Estamos transformando hoje o Plenário em Comissão Geral. Vamos votar tudo hoje. Amanhã o Governador está com autorização desta Casa. E aí, me desculpe, Deputado Reni Pereira, não posso concordar com a posição de V. Exa., mas vou lutar o quanto puder, defender que V. Exa. tenha esta posição, mas estamos autorizando o Governador, numa lei inconstitucional, a reger, a gerenciar, a instituir por decreto!

Qual é a empresa que até agora, neste momento, se habilitou e disse: “Quero participar dessa empresa, eu vou participar com 20% do capital que precisa.” Não apareceu nenhuma! E sabe qual vai ser o resultado? E é aí que volto ao início do meu pronunciamento, o Governador, nos últimos 30 dias, desviou a atenção, brigou com o Ministério Público, mandou essa lei bizarra para cá; e assim ele não precisa explicar nada. Aí enterra-se a CEI da Comunicação, o Diretor do porto vem com um jornal de denúncias e nós não discutimos o que é essencial para a nossa sociedade.

Por isso, quero dizer, Deputado Romanelli, apesar de ser completamente frontal, contra a transformação em Comissão Geral num projeto de tamanha importância, quero votar isso hoje, porque quem vai pautar o Governador vai ser a Oposição. O Governador vai ter que prestar esclarecimentos para nós. Não é possível que o Diretor do porto, que foi nomeado pelo Governador, traga tantas denúncias. E diga-se de passagem, se fizer a leitura do relatório da CPI, que disseram que o relatório da CPI foi “laranja”, claro que teve “laranja” naquela CPI, mas, se for observar o relatório daquela CPI, tem muito do que este Diretor constatou. Eu não conheço esse Diretor, não sei qual é o conhecimento, mas se ele viveu dentro daquele porto, ele deve saber o que está acontecendo lá.

Por esta razão, Srs. Deputados, vamos encaminhar depois, no mérito, mas quero deixar muito bem claro aqui o posicionamento da Oposição: ninguém é contra baixar pedágio, ninguém aqui é masoquista. “Ah, vamos baixar a energia elétrica? Vamos baixar! Ah, vamos baixar o pedágio? Vamos baixar”. Porque tudo que é custo, é próprio do ser humano, ele quer diminuir despesas, e nós também somos favoráveis.

Agora, o que não podemos deixar de ressaltar, deixar registrado, que o Governo do Estado, e por isso não podemos admitir e aprovar isto por aprovar. Quero dizer o seguinte: pode acontecer, deve acontecer, de que o Governo, com essa empresa de economia mista, não seja nem habilitado para concorrência pública. Não vai ser habilitado, não vão aceitar, porque está tudo sendo feito às pressas!

Dia 4, se não me falha a memória, a empresa tem que estar formalizada, habilitada, com todos os requisitos e se apresentar. O que é que ele vai fazer? Parece que estou vendo o Governador agindo no Palácio Iguaçu, sentado na sua cadeira, dizendo, e tome nota do que estou dizendo, Deputado Elio Rusch: “Eu, Governador Roberto Requião, para dar uma demonstração ao Lula, vou melar este pedágio”.

Se é este o objetivo dele, ele vai conseguir. Melar o pedágio. Mas, que ele vai participar, que nós vamos, aqui, aprovar uma lei inconstitucional, só porque ele deseja pautar a esta Casa? Não! Vamos nos posicionar frontalmente contrários. Não estamos aqui preocupados com a repercussão. Certamente terão paranaenses que lembrarão que os Deputados da Oposição subiram a esta tribuna e, ressaltamos que esta é uma lei de faz-de-conta: faço de conta que cumpro o meu compromisso de baixar o pedágio; a Assembléia Legislativa faz-de-conta que aprova uma lei constitucional; a população acredita que estou tomando atitudes para cumprir a minha promessa, pois já faz 4 anos e não cumpri, e ficamos nesse jogo de faz-de-conta.

Por esta razão, quero que fique ressaltado que com esta lei o Governador Roberto Requião está brincando com os Procuradores, brincando com os Parlamentares. Está desrespeitando esta Casa. Um Governador não pode pedir autorização para tomar uma medida como esta, de repercussões econômicas para o estado, e pedir para agir por decreto. Não vamos autorizar, porque não confiamos no decreto do Governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação a constitucionalidade.

Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que forem contrários, queiram levantar-se. Sete Srs. Deputados estão contrários. **Está aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

Votamos contra a constitucionalidade porque é inconstitucional, entendemos dessa forma. Porque todas as leis que aprovamos até agora foram derrubadas na Justiça.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### **2ª Discussão (Votação em)**

#### **ITEM 01**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira, que cria no estado do Paraná, programa de uso racional da água nas edificações públicas estaduais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ AO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO,  
DE Nº 01 AOS  
PROJETOS DE LEI NºS 169, 168 e 015/07

Apensa os Projetos de Lei nºs 168 e 169/07 de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida e o Projeto de Lei nº 015/07 de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri e Rosane Ferreira, passando esses projetos e tramitem como um com a seguinte súmula e redação:

“SÚMULA: Cria o programa de conservação e uso racional da água no estado do Paraná, dispondo sobre a obrigatoriedade das empresas projetistas e de construção civil a prover os imóveis residenciais e comerciais de dispositivos para captação de água da chuva, bem como sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências.

Art. 1º Fica criado, o programa de conservação e uso racional da água no estado do Paraná.

Art. 2º O programa a que se refere o artigo 1º tem como objetivo instituir medidas que induzam à conservação, uso racional e utilização de fontes alternativas para captação e reaproveitamento de água nas edificações residenciais e comerciais bem como nas edificações públicas estaduais, além de promover a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água.

Art. 3º Para os efeitos desta lei e sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

I - Conservação e uso racional da água - conjunto de ações que propiciam a economia de água e o combate ao desperdício quantitativo nas edificações;

II - Desperdício quantitativo de água - volume de água potável desperdiçado pelo uso abusivo;

III - Utilização de fontes alternativas - conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes para captação de água que não o sistema público de abastecimento.

IV - Águas Servidas - água utilizadas no tanque ou máquina de lavar e no chuveiro.

Art. 4º Ficam as empresas projetistas e de construção civil no estado do Paraná, obrigadas a prover coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva e de águas servidas, nos projetos de empreendimentos residenciais que abriguem mais de 25 (vinte e cinco) famílias ou nos de empreendimentos comerciais com mais que 100 (cem) m2 de área construída.

Parágrafo Único - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual do Paraná dos Três Poderes e do Ministério Público Estadual, ficam obrigados a instalar e projetarem coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva e águas servidas em todos os projetos e construções de prédios público, ou que se utilizem de recursos do tesouro.

Art. 5º A caixa coletora de água da chuva e águas servidas serão proporcionais ao número de unidades habitacionais nos empreendimentos residenciais ou à área construída nos empreendimentos comerciais.

Parágrafo Único - As caixas coletoras de água da chuva e de águas servidas, assim como a canalização destas águas, serão separadas das caixas coletoras de água potável e a sua utilização será para usos secundários como lavagem de prédios, lavagem de autos, de jardins, limpeza, banheiros, não podendo ser utilizadas nas canalizações de água potável.

Art. 6º As empresas projetistas e de construções civil terão o prazo de 90 (noventa) dias para adequarem seus projetos ao cumprimento desta lei, a contar da data de publicação da presente lei.

Art. 7º O estado do Paraná adotará, obrigatoriamente, em todos os empreendimentos imobiliários realizados com recursos públicos, que venham a ser construídos a partir desta lei, dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água.

Parágrafo Único. Os dispositivos hidráulicos consistem em:

I - torneiras para pias, registros para chuveiros e válvulas para mictórios, acionadas manualmente e com ciclo de fechamento automático ou acionadas por sensor de proximidade;

II - torneiras com acionamento restrito para áreas externas e de serviços;

III - bacias sanitárias com volume de descarga reduzido (VDR);

IV - sistema hidráulico que permita o reaproveitamento da água proveniente de chuveiros, banheiras, tanques e máquinas de lavar para a descarga nos vasos sanitários ou para uso não potável, como lavagem de calçadas e áreas externas.

Art. 8º O Poder Executivo poderá adotar outra tecnologia, diversa especificada no artigo anterior, desde que possibilite o controle e a redução de consumo de água, em proporções iguais ou superiores a proporcionada pelos mecanismos indicados por esta lei.

Art. 9º O combate ao desperdício quantitativo de água, compreende ações voltadas à conscientização da população através de campanhas educativas, abordagem do tema nas aulas ministradas nas escolas integrantes da Rede Pública Estadual de Ensino e palestras dirigidas aos servidores públicos que trabalham ou trabalharão em novas edificações, entre outras, versando sobre o uso abusivo da água, métodos de conservação e uso racional da mesma.

Art. 10. O estado do Paraná, no caso de locação de imóveis para instalação de seus órgãos ou entidades priorizará aquelas edificações que estejam de acordo com as normas definidas nesta lei.

Art. 11. Os edifícios já concluídos quando da publicação desta lei, demonstrada a viabilidade técnica terão o prazo de 5 anos para realizar as adequações ao disposto nesta lei.

Parágrafo Único. A viabilidade técnica será demonstrada pelo órgão público responsável pela fiscalização de obras no município em que estiver localizado o edifício, mediante consulta formulada pelo estado do Paraná através de seus órgãos locais.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, estabelecendo os requisitos necessários à elaboração e aprovação dos projetos de construção, instalação e dimensionamento dos aparelhos e dispositivos destinados à conservação e uso racional da água a que a mesma se refere, no prazo de 60 dias.

Art. 13. Os órgãos do poder público estadual, federal e municipal poderão fiscalizar a execução e o cumprimento da presente lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA

ROSANE FERREIRA

TADEU VENERI

Apoioamento:

Edgar Bueno e Douglas Fabrício.

SUBSTITUTIVO GERAL AOS  
PROJETOS DE LEI NºS 169, 168 E 015/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei que ora se analisa pretende trazer disposições referentes a construções, sejam elas de caráter privado ou público, especificamente no que atine à conservação e captação de água no estado do Paraná.

**Da Legitimidade**

Como início, deve ser estudado o aspecto de iniciativa para propositura do projeto de lei no presente caso. Cumpre, assim, asseverar que o projeto versa sobre direito urbanístico, que se relaciona aos aspectos do presente projeto. Sendo assim, cumpre consultar o texto da Constituição Federal, que em seu artigo 23 é clara:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Pois bem, face a tal situação, passa-se a consulta ao artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;*

Assim, percebe-se que a legitimidade está em consonância com os ditames constitucionais.

**Da junção dos textos de Projetos com mesmo objeto**

Por todo o texto do substitutivo geral, em sentido geral, não existe óbice ao prosseguimento da propositura, pois estão a se juntar textos já aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça, comprovando assim sua legalidade e constitucionalidade. Até mesmo trata-se de precaução necessária para que não se repitam textos com mesmo objeto, como se denota do presente caso.

**Da Emenda Modificativa**

Em que pese existir coesão e exatidão na grande maioria do texto a ser condensado, certos pontos merecem atenção especial.

Iniciando pelo artigo 4º do Substitutivo Geral, especificamente em seu parágrafo único. Neste passo, cumpre esclarecer que está a se obrigar aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual dos Três Poderes e do Ministério Público Estadual que se tomem providências, no sentido de se instalar coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água de chuva e águas servidas em todos os projetos e construções de prédios públicos, ou que se utilizem de recursos do tesouro. Pois bem, neste particular ponto, há que se relembrar o princípio da separação dos Poderes, insculpido no artigo 2º da Constituição Federal. Por esta via, não pode, de modo algum, um poder vir a obrigar os demais a coisa

alguma, sob pena de frontal inconstitucionalidade. Com espeque nisto, cumpre que se adote a emenda modificativa que segue como anexo, para que se corrija de modo eficaz esta mácula.

Ainda na mesma esteira de raciocínio, vislumbra-se que no artigo 7º, *caput*, percebe-se uma vez mais que está se obrigando o estado do Paraná a adotar dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água. Novamente se verifica o mesmo vício acima citado, qual seja, inconstitucionalidade por afronta ao disposto no artigo 2º da Constituição Federal. Para sanar tal mácula, deve ser adotada a Emenda Modificativa que segue como anexo ao presente parecer.

**Conclusão**

Em sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente substitutivo geral, com a adoção da subemenda modificativa que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 11.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

**Apoiamento:**

Luiz Malucelli, Douglas Fabrício, Professor Luizão, Artagão Júnior, Elton Welter e Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBEMENDA MODIFICATIVA AO  
SUBSTITUTIVO GERAL AOS  
PROJETOS DE LEI Nº 169, 168 E 015/07

Com base no artigo 137, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, se apresenta a presente Emenda Modificativa.

O projeto de lei passa a contar com a seguinte redação, em seu artigo 4º e 7º:

“Art. 4º-...

Parágrafo Único. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual do Paraná dos Três Poderes e do Ministério Público Estadual, podem instalar e projetar coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva e águas servidas em todos os projetos e construções de prédios públicos, ou que se utilizem de recursos do tesouro.”

“Art. 7º O estado do Paraná poderá adotar, em todos os empreendimentos imobiliários realizados com recursos públicos, que venham a ser construídos a partir desta lei, dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água.”

Sala das Comissões, em 11.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Está em votação o projeto.

**Aprovado o projeto artigo por artigo**, e ressalvada a emenda.

Está em votação o substitutivo geral de plenário.

**Aprovado.**

Está em votação a subemenda. **Aprovada.**

## **Redação Final**

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 221/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece normas para a publicidade de viagem de funcionários públicos comissionados ou concursados ao exterior. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 221/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Estabelece que as viagens, ao exterior, de servidores públicos comissionados, estatutários, contratados a qualquer título e detentores de cargos eletivos, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado, contendo as seguintes informações:

- I - nome do servidor;
- II - motivo da viagem;
- III - destino da viagem;
- IV - data de partida e retorno;
- V - valor gasto pelo erário.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 567/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Miguel Carlos Riella. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/07, de 08/08/07, em Projetos de Lei).**

## **2ª Discussão**

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a comunicação de obesidade infantil às autoridades competentes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDDMCA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CDDMCA.

Em discussão o projeto, ressalvada a emenda. Há um substitutivo geral. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o substitutivo geral. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o acesso rodoviário da PR-170, compreendido entre o trevo do bairro Bela Vista e a sede do município de Cambira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

A Mesa lembra aos Srs. Deputados que, logo após esta Sessão, há uma Sessão Extraordinária, devidamente aprovada por este Plenário.

### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, denomina a rodovia estadual localizada no município de Reserva do Iguaçu, que liga a Vila da COPEL a sua sede, como Rodovia Sinval Martins Araújo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de imóvel, situados no município de Janiópolis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 552/07, de autoria do Poder Judiciário Ofício nº 518/07, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Em discussão. Em votação.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Não é somente um encaminhamento, mas também, ao mesmo tempo, é uma questão de ordem. Na outra ocasião em que foi votado esse projeto, em 1ª discussão, quarta-feira passada, tanto o Deputado Belinati quanto o Deputado Anibelli deram uma sugestão para que não se levasse adiante esta proposta enquanto não se concluísse um plano de aumento de salários dos funcionários da Casa.

Consultando o bloco independente, todos somos aliados nesta idéia, nesta proposta. Então, somando-me à idéia deles, gostaria de encaminhar contrariamente a essa proposição, Sr. Presidente, e todo os Parlamentares que assim o sigam, mas, principalmente, os Deputados do bloco independente.



O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa esclarece a questão de ordem de V. Exa.

Eu não estava presidindo aquela Sessão. Até hoje, ainda, conversei com o Deputado Anibelli, mas posso sugerir a V. Exas. que votemos esta matéria junto ao Poder Judiciário, até porque já havia uma emenda do Deputado Reni Pereira.

Então, votemos esse projeto, garantindo a V. Exas. que a Mesa Executiva está ultimando os detalhes para o aumento do nosso funcionalismo, aqui. Temos as reuniões amanhã, inclusive na terça-feira, e acho que não seria de bom tom se estabelecêssemos alguma comparação com outros Poderes. O Poderes são independentes, mas a Assembléia Legislativa vai ter, sim, principalmente tendo na é Vice-Presidência o Deputado Anibelli que o maior defensor desse projeto.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sendo assim, Sr. Presidente, eu encaminho favoravelmente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, foi muito feliz o nobre colega Pastor Edson Praczyk. Efetivamente, V. Exa. não estava presidindo os trabalhos. Houve um acordo de só votar projeto de aumento salarial para outros Poderes desde que se desse aos servidores da Casa o aumento salarial. V. Exa. merece todo respeito, todo crédito de todos nós, por esta razão, vamos também votar esse projeto, hoje, na expectativa, Sr. Presidente que ainda esta semana o nosso servidor possa estar sorrindo pelos corredores, trabalhando com um sorriso estampado no rosto, com um aumento salarial, com certeza, com este projeto de resolução da Mesa Executiva.

Os nossos servidores merecem este aumento salarial.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, apenas para reconduzir a verdade. Houve uma questão de ordem do Deputado Antonio Belinati, solicitando para que o projeto não constasse da Ordem do Dia enquanto não houvesse um projeto de aumento salarial para os Srs. servidores da nossa Casa. Respondi naquele momento, que não havia como ter a vinculação de um projeto com relação a outro. Veio, então, o Deputado Antonio Anibelli dizendo que isso tinha sido tratado na reunião da Mesa e solicitou que conversasse com V. Exa. nesse sentido.

Eu disse que conversaria e respeito da posição do Deputado Belinati e do Deputado Anibelli naquele momento, de que V. Exa. decidiria como conduziria essa situação.

Então, apenas me reporto ao que decidiu V. Exa., que acho que com equilíbrio chegaremos a um bom termo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado, Deputado Zucchinho.

Está em votação o item 08 da pauta, 2ª discussão.

**Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a denominar Anízio Andrade Silva a escola estadual de 2º grau do distrito de Campineiro do Sul situada no município de Rosário do Ivaí. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/07, de autoria do Deputado Rui Hara, que institui o Dia Estadual do Samurai no estado do Paraná, a ser comemorado anualmente, no dia 24 de abril. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/07, de 02/07/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 474/07

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Rui Hara, institui o Dia Estadual do Samurai.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/07, de autoria do Deputado Rui Hara, que institui o Dia Estadual do Propagandista no estado do Paraná, a ser comemorado anualmente, no dia 14 de julho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/07, de 02/07/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 476/07

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado

